



ANAIS DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 018

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 22 DE MARÇO DE 2006

ANO XXXI

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO
Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV
1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS
3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA
1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO
2º Secretário - PMDB

ELIO RUSCH
3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA
4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PMRB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Dobrandino da Silva
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Ademar Traiano
PMDB Antonio Anibelli
PT Ângelo Vanhoni
PDT Luiz Carlos Martins
PPS Waldir Leite
Bloco Parlamentar PTB/PL/PMRB Jocelito Canto
Bloco Parlamentar PP/PSB Cida Borghetti

Representação Partidária

PMDB - 14: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cesar Seleme - Cleiton Kielse - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 02: Cida Borghetti - Duílio Genari; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PMRB** - 01: Pastor Edson Praczyk

DIÁRIO Nº 018**SUMÁRIO**

Mesa Executiva	02
Presenças	02
Abertura da Sessão	02
Expediente:	
Ofícios.....	03
Requerimentos	03
Projetos de Lei	04
Projeto de Lei Complementar	04
Pequeno Expediente:	
Dep. Luciana Rafagnin	04
Dep. Luiz Nishimori	05
Dep. Cida Borghetti	06
Dep. Barbosa Neto	07
Dep. André Vargas	07
Grande Expediente:	
Dep. Tadeu Veneri.....	07
Prof. José Lemos	08
Horário das Lideranças:	
Liderança do PT	
Dep. Luciana Rafagnin.....	04
Liderança do Bloco PP/PSB	
Dep. José Domingos Scarpellini	12
Liderança do PDT	
Dep. Barbosa Neto	14
Liderança do PMDB	
Dep. Elza Correia.....	16
Liderança da Oposição	
Dep. Valdir Rossoni	18
Liderança do Governo	
Dep. Dobrandino da Silva	19
Ordem do Dia:	
Leitura do Expediente	21
Discussão / Votação:	
Redação Final	21
2ª Discussão	22
1ª Discussão	23
Requerimentos	23
Encerramento da Sessão	23
Publicações:	
Atas de Comissões	
Especial de Emenda à Const.	23
Constituição e Justiça.....	25

015ª SESSÃO ORDINÁRIA

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 015ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
22 DE MARÇO DE 2006**

*(quarta-feira)***Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pelos Srs. Deputados Nereu Moura e Geraldo Cartário.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elza Correia, Francisco Bühner, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (45). Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Arlete Caramês, Ademar Traiano, Artagão Júnior, Elton Carlos Welter, Hermes Fonseca, Mauro Moraes, Nelson Justus e Rafael Greca (08); e em viagem representativa o Sr. Deputados Luiz Accorsi (01)

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Alertamos aos Srs. Parlamentares que, após a Sessão Ordinária de hoje, teremos uma Sessão Especial para o Conselheiro Rafael Iatauro, que será homenageado, recebendo o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:***Ofícios***

Sob o nº 1014/CGGOF/SENASP, do Sr. Luiz Fernando Corrêa, Secretário Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, encaminhando relação de convênios celebrados em 2005 entre o Ministério da Justiça, por intermédio da Secretaria Nacional de Segurança Pública, e o Estado do Paraná. **Ao Conhecimento da Casa.**

Requerimentos**REQUERIMENTO Nº 538**

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, a dispensa de Redação Final do Projeto de Lei nº 006/06 - Mensagem Governamental sob o nº 008/06, de autoria do Poder Executivo, que altera a Lei nº 11.713, de 07 de maio de 1997, para criar no Quadro de Pessoal das Instituições de Ensino Superior do Estado do Paraná, a Carreira Técnica Universitária, assim como adota outras providências - Item 02 da presente Ordem do Dia.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Sala das Sessões, em 22.03.06.

(a) ELZA CORREIA

REQUERIMENTO Nº 528

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a antecipação da Sessão Ordinária do dia 23 de março (quinta-feira) para logo após o término da Sessão Ordinária e a diminuição de interstício.

Sala das Sessões, em 22.03.06.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

Projetos de Lei**PROJETO DE LEI Nº 127/06**

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Estadual, a Confederação Brasileira de Ciclismo com sede em Londrina, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.03.06.

(a) ANDRÉ VARGAS

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa declarar de Utilidade Pública a Confederação Brasileira de Ciclismo, com sede na cidade de Londrina-PR.

A presente entidade, é responsável por dirigir, defender, controlar e fiscalizar, de forma única e exclusiva a prática do ciclismo nacional, envolvendo provas de estrada, mountain bike, bicicross (bmx) e pista. A mesma executa campeonatos brasileiros, fiscaliza e organiza eventos nacionais e internacionais, sendo responsável ainda pela divulgação de resultados oficiais, organização de calendário nacional, ranking, controle e cadastramento dos atletas.

Ante ao exposto, aguardo da parte de meus nobres Pares, a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 128/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica criado para os Policiais Cíveis do Estado do Paraná a Gratificação por Insalubridade;

Parágrafo Único. A Gratificação por Insalubridade para todos os Policiais Cíveis do Estado do Paraná será de 30% do salário-base.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22.03.06.

(a) DELEGADO BRADOCK

JUSTIFICATIVA:

Os policiais cíveis, em sua grande maioria, desempenham suas atividades nas dependências das Delegacias de Polícia, acabando por sua vez e inevitavelmente em contato direto com os internos.

Ademais, as cadeias públicas e centros de triagem, locais onde são realizados os trabalhos policiais, encontram-se desprovidos de iluminação adequada, alojamentos ventilados, banheiros individualizados, estando, desta forma, bem distantes de um local devidamente higienizado e salubre.

Outrossim, faz-se necessário listar que as doenças de pele como: micoses, sarnas, etc., bem como doenças respiratórias como: tuberculose, pneumonia e outras, acabam sendo uma constante no meio policial, devido o contato direto com os internos.

Em última análise, o projeto prevê um percentual de 30% sobre o salário-base, fazendo analogia à CLT e de forma coerente busca atender a uma realidade existente e já amparada no âmbito legal para os demais trabalhadores, devendo-se analisar agora a extensão de tal direito aos servidores públicos estaduais - policiais cíveis.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Alertamos aos Srs. Parlamentares que, após a Sessão Ordinária de hoje, teremos uma Sessão Especial para o Conselheiro Rafael Iatauro, que será homenageado recebendo o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná.

Finda a Leitura do Expediente.

Pequeno Expediente:

No Pequeno Expediente concedo a palavra à Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Deputada Luciana Rafagnin (PT)

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Faço uso desta tribuna no dia como hoje que considero importante para o Estado do Paraná. Momento em que o mundo todo está de olho nas grandes discussões e decisões em favor da vida. Essas discussões que estão acontecendo na 8ª Conferência Mundial sobre a Diversidade Biológica. E, também, por ser hoje um momento importante que na própria Conferência o Governador Roberto Requião regulamentou a Lei nº 14.861, que é a lei da rotulagem no nosso Estado.

Assinado esse regulamento estamos, de certa forma, fazendo com que o nosso Estado cumpra com o que dizia o projeto de lei que apresentamos aqui e depois sancionado pelo Governador, tornando-se Lei nº 14.861: “Que todo produto comercializado no Estado do Paraná deve conter no seu rótulo o símbolo da transgenia - se é que na sua composição houve ingredientes transgênicos”.

Então, entendemos que este é o momento em que o Paraná mostra maturidade social. É o momento de conquista das nossas organizações, uma conquista que é fruto de muita luta, de muito empenho dos nossos movimentos populares.

Ao sancionar o projeto de rotulagem o Governador atendeu ao pedido de todas as entidades que fazem parte da jornada da agroecologia e que sempre defenderam com base no princípio da precaução e no código de direito do consumidor, que a rotulagem fosse uma realidade no nosso Estado.

Portanto, aplicar essa lei é garantir um direito básico de cidadania previsto na nossa Constituição, que é o direito à informação. A rotulagem dá condição de escolha às pessoas que queiram ou não consumir produtos que contêm ingredientes transgênicos. Deixa o cidadão, deixa o consumidor à vontade, aquele que quiser consumir um produto que contém ingredientes transgênicos, mas também dá o direito de todo mundo saber o que está consumido, o que está levando para a sua casa.

Neste momento quero parabenizar todas as nossas organizações, a todos os militantes, a todas as pessoas que realmente trabalharam para que a rotulagem se tornasse uma realidade.

Quero parabenizar o Governador Roberto Requião pela forma como abraçou essa luta, sem temor aos interesses das grandes corporações transnacionais. E também, não poderia deixar de citar aqui a nossa Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, que sabemos sempre trabalhou por uma política séria, por uma política ambiental com responsabilidade e por isso criou o Decreto da Rotulagem a nível Federal.

Esperamos que esse Decreto também seja cumprido em todo o nosso país e foi esse Decreto que nos inspirou, junto com as nossas organizações, com os nossos movimentos populares, ajudou-nos a esboçar o projeto de lei que apresentamos nesta Casa e que nesta manhã sofreu a regulamentação por parte do Governador.

Então, é um momento importante. Ganha toda a nossa sociedade com isso, com toda certeza. É um exemplo de cidadania, é um exemplo também da Democracia que exerce o Estado do Paraná, no momento em que deixa o cidadão livre para poder consumir os produtos, mas também sabendo o que está comprando e sabendo o que está consumido.

Queria aproveitar este espaço, Sr. Presidente, para lembrar que hoje se comemora o Dia Mundial da Água. O Dia Mundial da Água, e sempre nos deparamos da importância que tem a água na nossa vida, no momento em que ela nos faz falta.

Passa a fazer uso do Horário da Liderança do PT

Queria dizer que neste dia importante que comemoramos o Dia Mundial da Água, que lembramos da água quando ela falta em nossa casa ou quando, em um momento de estiagem, como ocorreu e vem ocorrendo no nosso Estado, onde, por três safras consecutivas, os nossos agricultores vêm perdendo praticamente todo o seu plantio, toda a sua produção por causa dessa estiagem. De uma maneira especial, cito a região Sudoeste e a região Oeste, que estão sendo bastante atingidas e que nossos agricultores estão tendo grandes perdas na sua produção, na sua safra. Mas também, é importante citar que temos exemplos, ações importantes que estão sendo desenvolvidas e queria citar o exemplo da região Sudoeste, onde a Fetrasul, através do Núcleo Sindical, ou seja, através da Cesi, em uma parceria com a Petrobras, ela está desenvolvendo um trabalho importante em vinte e quatro municípios daquela região, onde o objetivo maior é a recuperação e a proteção das fontes, dos rios, das nossas nascentes.

Esse trabalho desenvolvido já envolveu cerca de doze mil estudantes de primeira à quarta série, que participaram do concurso da escolha da logomarca e também da imagem da divulgação dos trabalhos que estão sendo desenvolvidos em prol ou na defesa da nossa água.

A partir desses trabalhos os Sindicatos da região Sudoeste vem mantendo contatos e vem trabalhando também em parcerias com as prefeituras municipais, com a

Emater, vem trabalhando junto com outras entidades dos municípios e está indo além do que previa o projeto, que já dura um ano, mas um projeto para dois anos e está indo um pouco além, então, do que previa e que só através desse projeto já protegeu até hoje, durante este ano, quatrocentos e cinquenta fontes de água.

Mas, nessa parceria, ampliando com as demais entidades, já se soma a mais de seiscentas fontes, que está sendo feito um trabalho de proteção, um trabalho de formação de todos os agricultores.

Então, essa é mais uma forma de noticiar que a nossa água está ficando cada vez mais escassa, mas são muitas as entidades, são muitas as organizações que estão preocupadas e que estão desenvolvendo ações no sentido de preservar, no sentido de cuidar um pouco melhor desse bem tão precioso e que nós dependemos dele para sobreviver, que é a água. Queria também dizer que a Acamsop 14, a Associação de Vereadores da Região de Pato Branco está também desenvolvendo um projeto importante, que é "Adote uma Nascente".

Está sendo desenvolvido por todas as Câmaras de Vereadores dos quinze municípios que compõem a Acamsop 14. E fica livre, fica à disposição de todas as pessoas, de todas as entidades ou de todas as autoridades, que queiram contribuir, que queiram participar também desse projeto, porque é uma forma de preservar a natureza, é uma forma de pensar melhor como estamos hoje cuidando do nosso meio ambiente, o que nós queremos com o nosso amanhã, com o nosso futuro. E, por isso, o amanhã depende das nossas ações de hoje.

Concedo um aparte ao Deputado Tadeu Veneri.

O Sr. Tadeu Veneri (PT)

Deputada Luciana, na verdade quero parabenizá-la, porque hoje com a assinatura de lei de sua autoria, nós, do Paraná, demos um passo extremamente importante. E, além disso, acho que nós passamos a ser uma referência no Brasil todo. É sabido que essa lei ou lei similares a essa existem em outros estados, mas num contexto de uma disputa tão forte como essa que está existindo hoje no Paraná e no Brasil.

Os transgênicos podem ser um avanço ou podem ser um grande retrocesso. E até que nós saibamos disso, a sua lei permite que tenhamos o direito de saber aquilo que estamos consumindo.

Então, queria apenas aproveitar a oportunidade, Deputada Luciana Rafagnin, para parabenizá-la, porque tenho acompanhado o seu trabalho, sei da sua atuação à frente da Comissão de Agricultura, que tem sido brilhante na Presidência da Comissão de Agricultura desta Casa. E, sem dúvida nenhuma, essa lei apresentada hoje trará para o Estado do Paraná e para as futuras gerações, principalmente para aqueles que estão vindo a conhecer o que é hoje o debate a respeito dos transgênicos, dará um passo importantíssimo para que tenhamos uma definição mais à frente, inclusive como resultado dessas conven-

ções que estão sendo realizadas em Curitiba, durante esse período. Meus parabéns pela iniciativa e parabéns, principalmente por ter conseguido mais essa vitória.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (PT)

Obrigado pelo aparte, Deputado Tadeu.

Quero também dizer que essa conquista é de todos nós, da Bancada do Partido dos Trabalhadores e também de todos os Deputados que nos ajudaram, aprovando esse projeto. Foi unânime a aprovação. Então, é uma conquista que nós dividimos com todos os Deputados, desta Casa.

Mas, de uma maneira especial, falo que é uma grande conquista dos nossos movimentos sociais, das nossas entidades, que nunca tiveram medo e sempre foram bem determinados em lutar por isso. Com toda a certeza, endosso as suas palavras, estamos hoje dando um grande passo, avançando e muito naquilo que se refere à qualidade de vida, à preocupação com a vida das pessoas. E isso nós precisamos começar, já tem o velho ditado: "Nós começamos pela nossa casa".

Então, acredito que o Paraná sai na frente e começa dando o bom exemplo. E nós não queremos proibir quem quiser consumir um produto que é transgênico, vai ter a liberdade de consumir. Queremos que todas as pessoas tenham o direito de saber o que estão consumindo. Eu, por exemplo, sou uma produtora orgânica, defendo a questão orgânica, e por isso não gostaria de saber que estou consumindo algum alimento que seja transgênico.

Tenho o direito - e isso está assegurado no Código do Consumidor - e nós queremos fazer com que esse direito também seja respeitado e as pessoas possam optar, no mínimo, ter essa liberdade de optar ou não, se querem consumir um produto ou um alimento transgênico.

Muito obrigada pelo aparte, Deputado Tadeu. Obrigado pelo espaço, Sr. Presidente.

Era isso que tínhamos para dizer nesta Casa, nesta tarde.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Próximo orador inscrito, Deputado Luiz Nishimori.

Deputado Luiz Nishimori (PSDB)

O SR. LUIZ NISHIMORI (PSDB)

(Lê)

"Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Subo nesta tribuna para trazer a nossa preocupação com o que está acontecendo com a agricultura paranaense.

Estamos passando a pior crise neste momento no setor produtivo. A agricultura que emprega milhares de pessoas. A mesma que sempre ajudou no saldo da balança comercial, e que agora necessita de ajuda dos nossos governantes.

Os agricultores, esses incansáveis trabalhadores do nosso rico solo, ao invés de produzirem alimentos para a nossa população, estão colhendo dívidas nos bancos, cooperativas e no comércio em geral.

A seca que abateu a região Sul do Brasil no final de 2004 e início do ano de 2005, foi a pior estiagem dos últimos quarenta anos, afetando a produção das principais culturas dos estados.

O resultado dessa estiagem foi um prejuízo de aproximadamente seis bilhões de reais, uma quantia realmente assustadora.

Os agricultores tiveram a maior perda de renda dos últimos tempos, pois tiveram custos altíssimos no plantio da safra 2005/2006 e uma forte queda de preços no período da comercialização dessa safra. Resultando com isso a quebra da renda dos agricultores.

Além de tudo isso, Sr. Presidente, os agricultores começaram a se deparar com o vencimento das parcelas do custeio da safra 2005/2006, cujas parcelas dos programas de investimentos de 2005, já estão vencidas.

Vivem agora o temor do vencimento das parcelas dos programas de investimentos de 2006, que atingem inclusive os setor pecuário.

Estou dando entrada hoje, nesta Casa, de um requerimento ao Sr. Ministro da Agricultura e ao Sr. Secretário de Estado da Agricultura do Paraná, Orlando Pessuti, para que possa ser decretado o estado de emergência na agricultura do sul do país - especialmente no Paraná - para que os governos Federal e Estadual possam apresentar um programa especial para atender aos agricultores da região Sul. A proposta é que seja editada pelo Governo Federal, medida provisória desses financiamentos e a securitização das parcelas vencidas de custeio e investimento em 2005.

Ainda, estamos pedindo a securitização das parcelas de investimento vencidas em 2006 e o custeio e FAT - Giro Rural, vencidos em 2006, unificando esses valores e transformando-os em uma nova obrigação de longo prazo, para pagamento em até dez anos, com carência.

Estamos pedido ainda, a edição de uma resolução do Conselho Monetário Nacional para ampliar o prazo dos financiamentos, ao amparo dos fundos constitucionais, de forma a se adaptar à nova realidade de mercado, aumentando o limite dos financiamentos de forma a prover capital de giro aos agropecuaristas.

Estas propostas estão sendo feitas de acordo com a Ocepar e a Faep.

Diante da gravidade da crise estamos preocupados com os reflexos negativos que recairão sobre toda a economia brasileira, principalmente, sobre os municípios localizados nas regiões produtivas.

Se estas medidas não forem acatadas, corremos o risco de testemunhar a falência total da agricultura brasileira, e o caos econômico no segmento mais importante da economia do nosso país.

Esta é a hora de os governos - Federal e Estadual - demonstrarem a sensibilidade, o conhecimento e as ações

necessárias para colocar a agricultura do sul do país de volta ao seu eixo de comando, injetando os recursos necessários e revendo todo o processo de investimento na agricultura brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Concedo a palavra à Sra. Deputada Cida Borghetti.

Deputada Cida Borghetti (PP)

A SRA. CIDA BORGHETTI

Sr. Presidente, Deputado Pedro Ivo; Primeiro Secretário, Deputado Seleme; Segundo Secretário, Deputado Reni Pereira; Sras e Srs. Deputados, convidados, imprensa.

Quero saudar os profissionais da área da educação do Estado do Paraná, bem como o Sr. José Lemos, Presidente do Sindicato.

Hoje é dia 22 de março, Dia Estadual da Água.

(Lê):

“22 de março foi instituído o Dia Estadual da Água, através da Lei nº 14.737, de 08 de junho de 2005, com a aprovação de projeto de lei de nossa autoria e com o apoio dos Deputados desta Assembléia Legislativa.

Atendendo a disposição contida no parágrafo único do artigo 1º da referida lei, o município de Maringá está promovendo, nesta data, eventos com a participação de Jean Michel Cousteau, maringaense da água, no Parque Alfredo Ninfler, bem assim serão realizadas palestras no Cesumar e para os alunos da rede municipal de ensino, no Teatro Calil Hadad.

Serão setecentas crianças da rede municipal de ensino de Maringá que participarão das comemorações do Dia Estadual da Água.

A Unesco criou o Dia Internacional da Água e a Campanha da Fraternidade de 2004 também teve como tema a água, devido a importância da discussão de políticas hídricas em todo o mundo.

No Brasil, que detém a maior parte da água doce do mundo, essa discussão é ainda mais importante e é essencial participar dessa conscientização.

A vulnerabilidade dos recursos hídricos exige a conscientização de toda a sociedade informando especialmente às crianças que nossa sobrevivência, e de todos os seres vivos, depende da existência da água.

O abastecimento de água potável às populações, em quantidade e qualidade adequadas, é um indicador básico da qualidade de vida.

Com mais de um bilhão de pessoas com doenças provocadas pela água, anualmente 80% das doenças em nível mundial, causando cerca de 3 milhões de mortes no mundo, na maioria crianças, observa-se que a questão água não tem merecido a devida atenção por parte das autoridades governamentais.

Só a educação ambiental poderá provocar mudança de atitude e conscientização da sociedade como

um todo, pois a água, apesar de abundante, não é inesgotável.

Não há uma fórmula mundial definida para administrar os recursos hídricos.

As soluções devem ser locais e regionais.

Destacamos aí a importância dos municípios e das regiões metropolitanas nesse planejamento.”

Quero agradecer ao Plenário e mais uma vez, agradecer ao município de Maringá que está se saindo como pioneiro neste planejamento e conscientizando as nossas crianças para o futuro.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Barbosa Neto.

Deputado Barbosa Neto (PDT)

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O último boletim mensal da qualidade dos combustíveis que é emitido e realizado pela ANP - Agência Nacional de Petróleo, que fez o levantamento no último trimestre, traz, lamentavelmente, índices de adulteração de combustível nunca vistos no Estado do Paraná e a cidade de Londrina é a campeã, entre todas do nosso Estado, com combustíveis adulterados ou seja, com combustível de não conformidade com o que preconiza a Agência nacional de Petróleo. 5,8% do combustível da cidade de Londrina, por exemplo, não está em conformidade com a ANP.

Segundo os levantamentos, todo o Estado do Paraná, nos últimos meses, ao invés de diminuir esse índice de adulteração, vem registrando um número muito preocupante, porque ele praticamente dobra em relação à última consulta feita pela Agência Nacional de Petróleo.

No final de 2005, por exemplo, o índice de adulteração da gasolina era de 1,7%. Do diesel, de 4,9% e do álcool anidro, de 1,7%. No último trimestre, este número praticamente mudou em comparação com a última indicação. A gasolina está na casa de 3%, o diesel, nos 9,8% e o álcool, 2,7% de adulteração. E o que é mais grave e nos preocupa ainda mais, é a constatação do Presidente do Sindicombustíveis, o Sindicato do Comércio Varejista dos Combustíveis do Estado do Paraná, Sr. Roberto Fregonese. A tendência é de que se aumente esta adulteração e mais uma vez, a triste constatação, Londrina é o maior centro de adulteração do Estado.

O Instituto de Pesos e Medidas, o IPEM, faz a sua parte, autuando, fiscalizando e multando inclusive, aqueles postos que são useiros e vezeiros nas irregularidades. Frise-se aqui o trabalho do IPEM regional, que através do gerente Marcos Trautwein na cidade de Londrina, autuou, nos últimos tempos, quatro postos, por irregularidades. O que também nos chama a atenção, é que o Paraná só perde, quando se fala do diesel como combustível, em termos de adulteração, para Roraima, Minas

Gerais e o Estado do Acre, estados em que o índice de adulteração do diesel é maior que nosso Estado.

Já estamos em 9,8% ou seja, de cada cem caminhões, praticamente dez deles usam combustível adulterado. Nós, preocupados com essa questão, estamos trazendo um requerimento que eu fiz aprovar e tive a assinatura de mais de trinta Srs. Deputados e Deputadas desta Casa, no dia 27 de maio de 2003. Vamos completar três anos deste requerimento em que eu propunha a ampliação da fiscalização da qualidade do combustível dos postos paranaenses, através da celebração de convênios ou de contratos com as universidades estaduais, para poder realizar esse serviço, já que a estrutura da ANP é incipiente, mas já vamos completar aniversário de três anos, a idade dos meus filhos mais novos, três anos, e até agora nenhum tipo de atitude foi feita em relação a este requerimento que foi aprovado nesta Casa.

Repito, teve a assinatura de mais de trinta Srs. Deputados e nenhum tipo de resposta nos foi dada e nenhum tipo de atitude foi tomada...

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Um minuto para V. Exa. concluir.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Muito obrigado, Sr. Presidente Pedro Ivo.

Quero concluir, lamentando justamente o fato de que este nosso pedido está caindo no esquecimento, mas nós estamos mais uma vez, subindo à tribuna desta Casa, na tarde de hoje, para fazer esta cobrança às autoridades, ao Governo do Estado, à Receita Estadual, à Promotoria Pública, às Polícias Civil e Militar, à PIC - Promotoria de Investigações Criminais que recentemente encetou uma fiscalização mais intensa, acabando com algumas quadri-lhas ligadas à adulteração de combustível em nosso Estado, para que aja, imediatamente, a fim de que o Paraná possa ser retirado desta triste estatística, mais uma vez. Nesses índices nós somos campeões às avessas, lamentavelmente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próximo orador inscrito, André Vargas.

Deputado André Vargas (PT)

O SR. ANDRÉ VARGAS

Sr. Presidente, Srs. Deputados, visitantes que nos prestigiam, a imprensa, dirigentes sindicais.

Hoje, e já há algum tempo, era para eu ter ocupado esta tribuna para apontar um problema concreto que estamos vivendo na área educacional. Teremos hoje, no Grande Expediente, Deputado Tadeu Veneri, juntamente com as lideranças sindicais, professores, estarão falando da questão salarial, dos professores da rede estadual que tende a se tornar uma polêmica de grandes proporções aqui neste Estado.

Dado às disparidades existentes dentro do Governo em relação ao salário dos professores, comparado com as demais categorias que com o aumento que será consolidado hoje, portanto, haveria uma necessidade equalizarmos. Também comparado com as prefeituras municipais, porque muitas vezes, o Governador e os seus Secretários gostam de fazer comparações. Dizendo isso, dizendo aquilo, comparando seja com o Governo Federal, seja com os Governos Municipais, governos anteriores, até com governos internacionais. Nessa visão de que o Paraná seria o centro do universo, para nós é, sim, muito importante o Paraná.

Mas, comparando com as prefeituras, o salário dos professores, dos nossos mestres, prefeituras como Londrina, Curitiba, Araucária, Foz do Iguaçu, São José dos Pinhais, também o professor da rede estadual chega a ganhar quase metade, do que o professor da rede municipal. Há algo para nos preocuparmos.

Mas, venho também, chamar a atenção para uma questão que não é só salarial. É também uma questão estrutural das nossas escolas. Não sei por que cargas d'água e, por isso protocolo um pedido de informações, há no interior do Estado inúmeras escolas que tiveram reformas projetadas, licitadas e que até o momento não tiveram as suas obras concluídas. Até o momento há crianças estudando em situação muito difícil, no Estado do Paraná sendo que nós já estamos adentrando o mês de abril.

Será que independente de ser do Governo, ou ser da Oposição, porque eu acho que o Deputado não tem que ser do Governo e nem da Oposição, ele tem que ser do Paraná, defender as coisas justas. Será que seria uma preocupação razoável atentarmos para a situação concreta que existe em centenas de escolas que não tiveram as suas reformas consolidadas, ou mesmo não tiveram licitadas e têm crianças estudando sobre condições absolutamente inadequadas.

Todo dia vemos na imprensa, e os Deputados aí, todos nós que andamos pelo Paraná assistimos a essa cena. Chamo a atenção para o Colégio Estadual, e eu sou do Norte do Paraná, de Guaraniaçu, Desembargador Franco Ferreira da Costa. Fui lá e visitei essa escola que está a 550 quilômetros da cidade de Londrina, 450 quilômetros de Curitiba, mas que teve uma reforma licitada paralisada, as crianças estudam em situação desumana, as condições sanitárias daquela escola são absolutamente inaceitáveis e a obra, não só está atrasada Deputado Dobrandino, está paralisada. A escola de Guaratuba, por esses dias também, foi notícia.

Por isso faço o questionamento de quem é a Construtora Alfasan - Construção e Saneamento Ltda, com sede na Av. Luiz Xavier nº 68, que ganhou inúmeras licitações, quebrou, e as crianças estão a ver navios. De quem é? Essa é a pergunta. Não quero fazer nenhuma licitação aqui, mas quero saber, acho que é prerrogativa desta Casa saber de quem é essa construtora, de endereço conhecido e que nós, certamente, obtendo informação,

poderemos clarear melhor o que está acontecendo nessa área de educação.

Portanto, faço apenas um apelo que estejamos atentos na situação física das escolas estaduais. Todos sabem que nós temos uma situação precária na rede, reformas foram projetadas e estão ainda a serem concluídas. Algumas, por problemas técnicos e outras por problemas certamente administrativos.

Com esse pedido de informação certamente nós teremos a resposta.

O SR. NATÁLIO STICA (PT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, quero registrar a presença, hoje, do Presidente da Câmara Municipal de Curitiba, o Vereador João Cláudio Derosso.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Esta Casa registra e dá as boas-vindas.

Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Deputado Tadeu Veneri.

Grande Expediente:

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputadas.

Solicitei à Presidência e houve consentimento, vou dividir esse tempo que me foi concedido no dia de hoje com o professor José Lemos - Presidente da APP, para que ele possa fazer, aqui dessa tribuna, que é o espaço cedido democraticamente aos professores do Estado do Paraná, algumas considerações a respeito da situação que entende a APP, estão os professores no dia de hoje.

Mas, antes gostaria de fazer uma brevíssima consideração da situação que nós estamos encontrando com as crianças e adolescentes na cidade de Curitiba. Deputada Elza Correia, a senhora que está na Comissão que foi criada no último ano, que tem também atribuição de olhar pelas crianças e adolescentes, talvez tenha tido contato com uma matéria feita, de uma série que vai ser feita pelo jornal O Globo, do último domingo, que cita o Estado do Paraná, como um dos estados e diz textualmente que a cidade de Curitiba e a cidade de Paranaguá, como um dos estados e as duas cidades com a maior índice de prostituição infantil. Cita inclusive, Sr. Presidente, o senhor que é uma pessoa que trabalha também com crianças e tem, inclusive, no dia 30, um Fórum para discutir a própria situação da Educação. Cita inclusive casos de ruas em Curitiba, onde estão sendo conhecidas fora do Estado do Paraná, como ruas de 1,99. Porque por dois reais existem crianças se prostituindo nas ruas de Curitiba, existem crianças de dez anos, de doze anos, de oito anos de idade, sendo prostituídas nas nossas ruas.

Então, parece-me que este é um tema que esta Assembléia, que já teve, na legislatura passada, constituída uma Comissão Parlamentar de Inquérito para acom-

panhar a exploração de crianças e adolescentes do Estado do Paraná, esta é uma situação que nós podemos retomar com a máxima urgência.

Recentemente a Sra. Margarete Matos, que esteve aqui e é Promotora da Infância e Juventude, também, fez solicitação desta tribuna para que retomássemos este debate a respeito da situação das crianças, a respeito da prostituição infantil no Estado do Paraná. Obviamente que naquele momento a Assembléia entendeu que não havia condições e inclusive espaço para isto. Mas, quer crer, Sr. Presidente Pedro Ivo, que a matéria divulgada no jornal O Globo, em rede nacional - não estou falando da Rede Globo e a matéria feita no Fantástico - mas, a matéria divulgada no jornal O Globo; Deputado Luiz Carlos Martins, o senhor que trabalha com rádio e que coloca Curitiba como sendo uma das cidades onde é o maior índice de prostituição infantil do Sul do Brasil, faz com que tenhamos que, obrigatoriamente, fazer esta reflexão.

Gostaria, aqui, de fazer um apelo, para que a comissão especial desta Casa, que trata da situação da criança e do adolescente, Deputadas Elza Correia e Cida Borghetti, que são desta Comissão, para que possamos fazer, com a máxima urgência, uma audiência pública e chamarmos para esta audiência pública todas as pessoas e todos os órgãos envolvidos do Estado do Paraná, da cidade de Curitiba, com esta temática. Não é possível, Deputado Ângelo Vanhoni, que nós continuemos tendo vans fazendo o caminho de Curitiba a Paranaguá.

Concedo aparte à Deputada Cida Borghetti.

A Sra. Cida Borghetti (PP)

Só para sua ciência, como Presidência da Comissão dos Direitos da Mulher, da Criança e do Adolescente, as Deputadas Elza e Luciana e demais colegas Deputados que fazem parte, na próxima quarta-feira, às 9h30m da manhã, na sala de reuniões das comissões, nós estaremos reunidos com várias entidades, inclusive Dr. Eduardo Requião também recebeu o convite para falar especificamente, porque ele também tem esta preocupação, o Conselho Tutelar, o Prefeito Municipal, a autoridade que trata deste assunto, da exploração infantil especificamente, maus tratos; da Promotoria do município de Paranaguá, vem um Promotor. Estendemos, neste momento, o convite aos demais Deputados desta Casa, que queiram participar da Comissão Permanente, o tema, especificamente, é a exploração e o abuso das nossas crianças.

Então, esta comissão quer falar e se colocar à disposição para ajudar em políticas para resolver o problema e não amenizar. Esta é a nossa determinação, poder contribuir para resolver os problemas, haja vista que a matéria foi nacional, citando Paranaguá especificamente, Paraná, Curitiba também, mas especificamente o Estado do Paraná foi tema. E acho que não podemos permitir que nosso Estado tenha esta manchete negativa.

Quero agradecer o aparte e também ao Presidente Pedro Ivo.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Obrigado, Deputada Cida Borghetti. Quero parabenizá-la pela iniciativa. A senhora, a Deputada Elza Correia e demais Deputados e Deputadas desta Casa, porque me parece que infelizmente, matéria do jornal O Globo, um jornal que tem pouca circulação, Deputado André Vargas, em Curitiba, até porque é vendido em poucas bancas, tem uma circulação menor ainda no Estado do Paraná, parece-me que Curitiba, mais três ou quatro cidades têm o jornal O Globo.

Agora, a situação nacional que é colocada, para Curitiba especificamente, e para a cidade de Paranaguá, é extremamente delicada. Então, parabeno as Deputadas pela iniciativa, e me parece que nós temos que avançar nesse debate, porque há algum tempo atrás, questão de dois anos atrás, quatro anos atrás, tínhamos essa situação, e ela foi se agravando a tal ponto, que a qualquer hora do dia, nas ruas próximas a uma determinada vila de Curitiba, crianças de nove, dez, oito anos, prostituíam-se, e essa situação foi diminuída quando começaram a fotografar inclusive carros de adultos obviamente que prostituem essas crianças.

Então, parece-me que, tão importante quanto temos um processo de proteção a essas crianças, é colocarmos na cadeia homens e mulheres que exploram as crianças; é colocar na cadeia o adulto que vai lá e pega uma criança de dez ou doze anos para prostituir, porque esse, sim, é o verdadeiro culpado.

Eu não acredito em políticas que peguem crianças de dez ou doze anos e queiram apenas colocá-las na escola sem colocar aquele que a prostitui na cadeia, porque é esse o lugar aonde deveriam estar, porque se fossem os seus filhos que estivessem lá certamente eles teriam vergonha de fazer o que fazem, e só fazem porque contam com o anonimato, só fazem porque contam muitas vezes com a condescendência inclusive da sociedade.

Então, parece-me que esse é um motivo para nós irmos além de ouvirmos aqueles homens que são responsáveis pela proteção da criança e do adolescente. É hora de tomarmos uma iniciativa dura com aqueles que prostituem as nossas crianças.

O Sr. André Vargas (PT)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado Tadeu Veneri, companheiros, companheiras, se há algo que a gente falha, a gente, nós Deputados, é esperar quando acontece uma notícia dessa e nós nos mobilizarmos, porque o Paraná virou uma notícia ruim. É muito bom que estejamos falando sobre isso, mas é muito importante também que nessa audiência que tenhamos aqui as autoridades do Ministério Público, e também as autoridades estaduais, a Secretaria de Assistência Social, o Ministério Público, Doutor Olímpio de Sá Sotto Maior, um especialista na área, para saber, porque esse problema foi mostrado na Globo mas ele está acontecendo provavelmente em trezentos e noventa e

nove municípios do Paraná, porque não temos uma política pública para esse enfrentamento, e não temos uma política de repressão, de punição rápida e ágil, com delegacias especiais.

Portanto, Deputado Tadeu Veneri, parabeneizá-lo pelo pronunciamento, deixar a sugestão para a Deputada Cida Borghetti para que nós transformemos essa indignação em ação concreta, porque de fato nós não temos política de garantia dos direitos da criança e do adolescente no Paraná, se tem algum município que possamos trazer e comprar, se acontece menos em Maringá, menos em Londrina, um pouco mais em Foz do Iguaçu, em Curitiba, e muito mais em Paranaguá, que possamos fazer disso um saldo comparativo para que o Conselho Estadual tenha cada vez mais força de ter uma política, e concordo Dobrandino, essa é uma falha do Brasil, mas nós somos Deputados Estaduais do Paraná, é uma falha do Brasil, mas não adianta falarmos que tem problema e vamos esquecer de resolver ou enfrentar os problemas do Paraná. Deputado Tadeu Veneri, Deputada Cida Borghetti, contem com o empenho e com a dedicação, não só de participar da audiência, mas também de convocar prefeituras municipais para que possamos discutir isso amplamente e não só topicamente, como é o caso de Paranaguá.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Muito obrigado, Deputado André Vargas, e antes de passar ao Presidente da APP, professor José Lemos, quero apenas, Deputada Cida Borghetti, colocar-me à disposição. Se entendermos - e V. Exa. também entender que o próximo passo que deve ser dado, porque veio à tona em nível nacional de uma forma trágica, e não é só, no Rio Grande do Sul, Alagoas, mas é também no Paraná.

Se for entendido que devemos seguir o caminho que já foi trilhado algum tempo atrás, inclusive pela Deputada Maria do Rosário, que soube brilhantemente presidir a CPI da Câmara Federal sobre a prostituição infantil e que indicou pessoas que estavam ligadas ao processo e que exerciam cargos públicos e que, na última hora tiveram que retirá-los por pressão. Que tenhamos aqui a grandeza de assinarmos para constituir uma CPI e investigarmos a situação das nossas crianças que estão sendo criminosamente prostituídas, todos os dias, em todo o Estado do Paraná.

Passo a palavra ao professor José Lemos.

Muito obrigado!

Professor José Lemos

O SR. JOSÉ LEMOS

Trago aqui o nosso carinho, o nosso abraço da educação do Paraná, dos servidores públicos do nosso Estado a esta Casa, aos Parlamentares, aos visitantes, aos servidores que atuam nesta Casa e a imprensa que acompanha os trabalhos aqui no dia-a-dia. E aproveito para saudar a

nossa categoria que está hoje aqui representada, neste dia que estamos fazendo aulas de trinta minutos, preparando o nosso dia 28, o dia estadual de paralisação, onde vamos buscar sensibilizar o Governo do Estado para o atendimento das nossas reivindicações.

Reivindicação principal que trazemos a esta Casa é aquela que já apresentamos aqui no ano passado, quando constatamos que os investimentos no Paraná têm reduzido nos últimos onze anos.

Passamos aos Deputados um documento elaborado pelo Dieese, com base no Tribunal de Contas do Paraná, demonstrando que passamos de 31,19% de investimentos dos impostos em educação básica em 2005, para 20,46% no ano passado. Houve uma redução gradativa no investimento em educação básica.

Houve também uma redução gradativa do investimento no ensino superior. Porque alguém poderia cometer um engano, achando que o dinheiro que não foi aplicado na educação básica serviu para investir no ensino superior, o que não é correto.

O ensino superior também saiu de 7,11%, em 1995 chegando a 4,7%, em 2005.

Portanto, tanto a educação básica quanto o ensino superior precisam de maior investimento para atender à demanda. Há necessidade, sim, de atender o que pede o Tribunal de Contas. Não é o professor Lemos que está falando; não é a APP que está dizendo, está aqui um parecer assinado pela Procuradora - Geral do Tribunal de Contas na época, e assinado outros pareceres por vários Procuradores do Tribunal de Contas.

Vou ler um trecho do parecer do Tribunal de Contas que analisou as contas, por exemplo, do ano de 2001. Está na página cinco deste documento:

Gastos com educação: o limite de 25%, exigido pelo artigo 212 da Constituição Federal, não foi respeitado, visto que foi despendido tão somente 21,32%. Tal diferença reflete declínio dos investimentos globais em educação com conseqüências sentidamente danosas ao ensino do Estado do Paraná.

Desde 99, o Tribunal de Contas vem se pronunciando com a mesma frase. O Tribunal, que tem orientado a Assembléia Legislativa na hora de votar as contas do Estado.

Estamos preocupados porque o Paraná investe em menos do que os estados vizinhos: São Paulo, por exemplo, é 30%, no mínimo, para educação básica; Santa Catarina, também, é 30%, no mínimo, para educação básica; o Rio Grande do Sul destina, no mínimo, 35% dos impostos para educação básica; o Mato Grosso destina 30% para educação básica.

Estamos preocupados porque há um declínio do investimento e isso é traduzido na falta de salas de aula. Aconteceu, hoje, na comunidade do Sítio Cercado, no Colégio Iara Ramos. Os pais, as mães e até avós de alunos estavam na rua protestando porque são mais de três mil estudantes e não tem salas para todos. Tem que fazer quatro turnos e, ainda assim, as salas têm mais de cin-

quenta alunos por turma. Ora, isso se repete em várias escolas do Estado do Paraná.

Quando o Deputado André Vargas citou o exemplo de Guaraniáçu, perto de Guaraniáçu também tem o município de Porto Barreiro em que, desde 2003, aquela escola está parada e os alunos estão no pavilhão da igreja. Não dá mais. É preciso tomar providências. Nós também temos, aqui em Curitiba, escolas como Leôncio Correa, com mais de três mil alunos, aqui no Bacacheri, que, neste ano, não conseguiu abrir a biblioteca porque não tem funcionários; faltam quatro funcionários.

São várias as escolas em que faltam funcionários; faltam professores e aqueles que estão trabalhando estão com os salários defasados. Está aqui no plenário o professor Magno, por exemplo, que está sem receber os salários de janeiro, fevereiro, março e, possivelmente, não recebe o de abril, porque são aqueles contratados em regime especial do PSS e o Governo está avisando que só irá pagar em maio. Isto é lamentável!

Temos escolas que não têm bibliotecas (e aquelas que têm estão com o acervo atrasado, defasado); que não têm laboratórios; que não têm quadras esportivas. As escolas que têm quadra, não têm cobertura, o professor e o aluno ficam no relento e isso traz problemas de saúde, desestimula a prática de educação física.

Deputado André Vargas já trouxe exemplos aqui, como de Londrina, que paga o dobro que o Estado paga para os seus professores para fazer a mesma coisa: educar. Curitiba paga mais que o dobro para que façamos a mesma coisa, e assim por diante. No Estado, nós, servidores da educação, estamos recebendo o menor salário destinado a servidores, com a mesma graduação, com a mesma formação e com a mesma jornada de trabalho.

Para equiparar com os demais servidores, precisaríamos ter aquela tabela de vencimentos que foi apresentada no dia 15 de outubro de 2003, pelo Secretário Maurício Requião, quando o Deputado Jocelito Canto, fazendo uma Questão de Ordem, pediu cópia daquela tabela que foi distribuída no plenário, onde equiparava o salário dos professores com os demais servidores do Estado. Passados quinze dias do Dia do Professor, dia 15 de outubro de 2003, o Governo disse que não podia mais sustentar aquela proposta, mas que faria até o final do seu mandato a equiparação, e até agora, não veio.

É por isso que estamos mais uma vez mobilizados e pedindo o apoio dos nossos Parlamentares para que conosco façam gestões junto ao Governo para atender ao pleito do nosso magistério.

Vejam, temos 74 escolas de 1ª a 4ª séries do Estado, na cidade de Curitiba. As nossas professoras recebem R\$ 360,50 por padrão de vinte horas. E recebem mais o vale-transporte. Independente se tem mestrado ou doutorado. É este salário de uma professora contratada em regime especial para lecionar nas 74 escolas estaduais de 1ª a 4ª série no caso de Curitiba.

Este não é um salário. Logo ficará abaixo do salário-mínimo. Está muito abaixo do mínimo proposto pelo Governo que é de R\$ 437,00.

Então, precisamos da ajuda dos Srs. Parlamentares para podermos abrir negociação com o Governo. Por isso, solicitamos aqui o empenho dos nossos Parlamentares para constituir uma comissão suprapartidária para que possamos atravessar a avenida e ir ao Palácio Iguaçu para buscar sensibilizar o Executivo. Por que o Dieese, em cálculos solicitados pela APP, chegou à conclusão de que pode equiparar, sim, até dezembro, dando 28,47% que é o mesmo reajuste dos técnicos em nível superior em junho deste ano e o restante que é 22,16% em dezembro.

De modo que, não ferirá a Lei de Responsabilidade Fiscal e não comprometerá a receita e o orçamento do Estado.

Deste modo não vamos ter a reposição integral das perdas, mas pelo menos aliviamos o nosso bolso que está muito descapitalizado. Precisamos, sim, do apoio dos Deputados e Deputadas para derrubar o veto do Governador ao Projeto de Lei nº 486, a pedido nosso apresentado pela Deputada Luciana e apoiado por mais 28 Deputados nesta Casa. Aprovado em dezembro por unanimidade e vetado em fevereiro pelo Governador.

Este é um projeto importante porque vai reduzir de forma gradativa até o ano de 2009, o número de alunos por sala de aula. Para possibilitar que não tenhamos mais que 35 alunos por sala de aula no ensino médio. Mais que trinta alunos no ensino fundamental por sala de aula; de 1ª a 4ª séries que não tenhamos mais que 25; 1ª série e ensino infantil não tenhamos mais que vinte.

Por que isto? É o número mais razoável para fazer com que aprendizado aconteça melhor.

Nós entendemos que é possível implementar e por isso pedimos aos Deputados que quando for pautado veto aqui nesta Casa, seja derrubado este veto para que possamos ter então implementada esta importante lei. Aliás, é isso que a comunidade está nas ruas como esteve no dia de hoje no Sítio Cercado, na Vila Osternack, o Colégio Iara Ramos, os pais pedindo redução do número de alunos por sala de aula. Não dá mais, porque isso afeta o aprendizado, tem incidência direta. É possível que tenhamos a redução e tenhamos condição, sim, de ter um aprendizado de melhor qualidade.

Estamos também pedindo o apoio dos Deputados para que o Plano de Carreira dos Funcionários venha para esta Casa. Que o Executivo, que está de posse da proposta já debatida com a APP, encaminhe para esta Casa para votação.

Também, estamos pedindo aos Deputados mais uma vez, que de forma célere aprovem o plano de carreira dos nossos servidores técnicos das universidades estaduais. São colegas nossos e que, junto com o fórum dos servidores, há muitos anos vêm debatendo com o Governo e a proposta está aqui e deve ser votada em 2ª Discussão. Que nenhuma emenda seja apresentada para

não atrasar este projeto, já debatido amplamente pelos servidores do Ensino Superior.

Agradecemos o voto célere dos Deputados a vários projetos de interesse da escola pública e dos educadores do Paraná, apresentados por vários Deputados, como a Deputada Elza Correia, Deputado Seleme, Tadeu Veneri, Vanhoni, Deputada Luciana Rafagnin e vários outros. Enfim, o nosso sincero agradecimento aos Deputados pelo empenho e pela votação favorável aos educadores.

Hoje está em última votação, em Redação Final, um projeto importante também, que altera e melhora os salários dos servidores do Quadro Próprio do Poder Executivo. Esse quadro tem 50% de servidores da educação, que são as zeladoras e merendeiras, os técnicos administrativos e também temos os servidores da saúde, do meio ambiente, da agricultura, do DER, enfim, de várias Secretarias de Estado.

Também para concluir, chamar todos os Deputados e Deputadas desta Casa para estarem conosco no dia 28, dia que faremos paralização estadual e vamos buscar sensibilizar o Governador do Estado para que não tenhamos que fazer greve geral por tempo indeterminado. Vamos usar esse recurso como último - a greve geral por tempo indeterminado. Estamos fazendo de tudo! Vai ser a nona paralisação estadual no Governo Requião, tentando buscar sensibilizá-lo e queremos contar com a presença de todas as Deputadas, de todos os Deputados deste Parlamento para estarem conosco, caminhando da Praça Santos Andrade, até o Palácio Iguaçu. E lá, queremos o apoio dos Deputados para negociar com o Governo. Se não podem ser atendidas de forma abrupta, que haja um plano de atendimento, porque elas são justas e precisam ser atendidas.

Agradeço mais uma vez esta Casa e podem contar sempre com os educadores e servidores públicos do Paraná. Estamos sempre dispostos em fazer com que o nosso trabalho seja o melhor para a nossa população. Nós jamais vamos envergonhar o Estado do Paraná. Faremos de tudo para que o nosso Estado seja um Estado com pujança, um Estado glorioso no Brasil. O nosso abraço a todos e muito obrigado pelo espaço!

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT) (Pela Ordem)

No final do ano passado o Presidente Hermas Brandão estava para pôr na Ordem do Dia, para que este Plenário se manifestasse em relação às contas do Estado de 2002, 2003 e 2004. Tivemos o Parecer do Tribunal de Contas, e naquela oportunidade solicitei ao Presidente para que a Comissão de Fiscalização pudesse fazer uma análise mais minuciosa em relação ao que diziam os técnicos do Tribunal de Contas e finalmente essas contas tiveram um parecer na Comissão de Tomadas de Contas da Assembléia Legislativa.

O que quero neste momento, Sr. Presidente, é solicitar a V. Exa. para que solicite à Comissão de Tomada de Contas o parecer que levou a mesma Comissão a aprovar as contas, seguindo a doutrina dos Conselheiros do Tribu-

nal de Contas do Estado do Paraná, porque fazendo uma análise do que os técnicos escreveram, há inúmeros equívocos, há rubricas orçamentárias não atendidas e outras atendidas além do limite enfim, há grandes divergências.

Então, a Comissão de Tomada de Contas desta Casa deve ter tido um relator. E esse relator deve ter feito uma análise, um balanço, e baseada nesse estudo, certamente a Comissão de Tomada de Contas se manifestou. O que estou pedindo é que me seja encaminhada a posição da Comissão de Tomada de Contas desta Casa para eu poder concluir o meu parecer e encaminhar ao Presidente da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Será transmitido ao Presidente da Casa. A Mesa irá transmitir a sua solicitação, Deputado Neivo.

Horário das Lideranças:

Passamos ao Horário das Lideranças.

Antes gostaria de anunciar, a pedido do Deputado Augustinho Zucchi, a presença do Vereador Anísio Cezar Lino Silva, de Rosário do Ivaí. Esta Casa dá as boas-vindas e registra a presença.

Bloco PP/PSB: com a palavra o Deputado Scarpe-llini.

Liderança do Bloco PP/PSB: Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ouvimos atentamente, hoje, o pronunciamento da Deputada Cida Borghetti tratando de um assunto muito importante relativo à vida do Planeta, que é a água. E não poderíamos deixar de, nesta oportunidade, registrarmos um fato importantíssimo para a vida das pessoas e à vida do meio ambiente. E, portanto, Sr. Presidente, onde há água, há vida. E onde há vida o meio ambiente precisa ser respeitado e bem tratado.

Quero, nesta oportunidade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada, autora da Lei das Águas no Paraná, Deputada Cida Borghetti, falar sobre as ilhas do rio Paraná. E quando se fala de ilha, fala-se de água, porque, lá, na Geografia, no segundo ano primário nós já aprendíamos que ilha é uma porção de terra cercada de água, e nós vamos falar das trezentas e noventa e nove ilhas. E sendo trezentas e noventa e nove ilhas é um arquipélago. E nessas ilhas moravam as pessoas que para lá foram no final do séculos XVIII, XIX, XX, habitar as ilhas do rio Paraná, as cobiçadas ilhas da Terra do Mel, do ouro e do mel. As cobiçadas ilhas do Grande Rio, acima do Salto de Guaíra, conhecido também e batizado pelo homem branco de Sete Quedas. E Guaíra já não faz mais as quedas e o seu barulho os ouvidos do homem branco e nem do índio ouvem mais. Sepultado o Salto de

Guaíra pela Reserva ao Lago de Itaipu ainda restaram nas ilhas os homens, as mulheres, as crianças e os seres vivos que lá habitavam. E aquelas ilhas, um complexo maravilhoso passou a ser por um decreto presidencial, Parque Nacional de Ilha Grande. O Parque Nacional de Ilha Grande previu a proteção dos animais, a proteção do meio ambiente mas esqueceu de proteger os seres humanos que lá moravam e que de lá foram desalojados, de uma maneira tão brutal e cruel que nem como animais foram respeitados!

Esses homens, essas mulheres, esses seres foram jogados, com seus pertences, fora das ilhas porque as ilhas passaram a ser, aquele complexo todo, o Parque Nacional de Ilha Grande. Não houve uma desapropriação só, das 3.500 famílias que lá habitavam! Nenhuma das 3.500 famílias que lá habitavam, Sr. Presidente, Srs. Deputados, foram indenizados, nenhum centavo, uma moedinha sequer foi dada em pagamento! Eu gostaria de ter aqui uma moeda para mostrar, nenhuma moeda de dez centavos foi paga àquelas famílias que lá moravam! Foi, sim, a Polícia, foi a Polícia Florestal, foi a Polícia Federal, foi a ameaça do Exército, ilustre Vereador de Rosário do Ivaí, que aqui está, foi a Polícia do Governo, o Governo constituído, o Governo algoz foi lá e jogou todas essas famílias ao “deus dará!”

Mas, antes tarde do que nunca, a Ministra que chorava porque não tinha dinheiro para pagar as desapropriações, a Ministra Marina Silva que eu, algumas vezes, disse que era chorona e realmente era, teve a sensibilidade de procurar e encontrar uma metodologia que pudesse compensar aqueles ilhéus. Uma metodologia administrativa que, por sugestão nossa, da Comissão de Direitos Humanos, levamos a Brasília quando fomos representando a Assembléia do Paraná, juntamente com os Deputados Welter, Ademir Bier, Duílio Genari que aqui está hoje secretariando esta Assembléia. A Mesa recebeu uma sugestão nossa de que aquelas terras dos ilhéus, das ilhas, poderiam ser compradas, adquiridas pelos fazendeiros das terras do continente e esses fazendeiros, proprietários lá na região de Umuarama, de Paranaíba, de Toledo, pudessem dar para pagamento das reservas legais das suas propriedades já existentes aqui fora, às áreas dos ilhéus lá dentro da Ilha Grande. E agora abriu-se então a possibilidade, com a assinatura de um documento, uma portaria entre o Ibama e o Governo do Paraná representado pelo IAP para que isso se torne então uma realidade.

Quero, nesta oportunidade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, cumprimentar os Deputados que lutaram e que estiveram participando de uma maneira ou de outra, as Bancadas do PT, do próprio PMDB, do PP, do PSB, do PDT, enfim, os Deputados desta Assembléia que lutaram para isso, para que nós pudéssemos então, chegar neste documento que agora foi assinado entre o Ibama, que é o Governo Federal, a União e o IAP, que é o Governo do Estado do Paraná, porque vai se resolver o problema dos ilhéus, o problema do Ibama, porque o Ibama não vai

gastar dinheiro na constituição do seu Parque Nacional de Ilha Grande e vai se resolver também o problema dos produtores rurais, que estavam aflitos com a situação de pendência e de inadimplência com relação ao pagamento das reservas legais de 20% das suas propriedades, ao meio ambiente, ao IAP ou ao Ibama.

Portanto, Sr. Presidente, as áreas já estavam desapropriadas e no entanto, o Incra ainda continua sendo cobrado, ilustre companheiro e amigo Walter Sâmara, que aqui está. As áreas desapropriadas e não pagas o Incra ainda continua cobrando e inscrevendo em dívida ativa os ilhéus desapropriados pela União, que é outra injustiça que vamos atrás para resolver.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, amanhã estaremos lá na ponte de Porto Camargo, vamos ao Mato Grosso, a Guaíra, vamos fazer uma via sacra, juntamente com os Deputados Bühner e Welter. Deputado Duílio Genari, vamos correr a região para mostrarmos aos ilhéus aquilo que efetivamente se fez em nome daquele povo que estava à margem da estrada e à margem da vida.

Muito obrigado Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Concedo a palavra ao Bloco PTB/PL/PMR.

(**Declina**)

Concedo ao PPS.

(**Declina**)

Concedo ao PDT. Com a palavra, o Deputado Barbosa Neto.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, V. Exa. anunciou o Bloco anterior. Qual é?

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

PTB/PL/PMR.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT) (**Pela Ordem**)

Qual Deputado pertence ao PMR?

Ah! Desculpe, é o Pastor Edson Praczyk. Eu não sabia. Obrigado.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)

O Deputado Neivo Beraldin disse ontem aqui que os Deputados têm que prestar mais atenção nas Sessões. Fez esse reclamo ontem. Eu queria destacar que ele também não está prestando atenção. Temos aqui o ilustre representante do Partido e ele desconhecia, até o presente momento. Ontem, falou que devíamos prestar mais atenção às Sessões e agora, o mesmo vale para ele em relação aos Partidos que compõem as Bancadas desta Casa.

Obrigado.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT) (**Pela Ordem**)

V. Exa. queira me desculpar, Jocelito Canto, mas eu não sabia que o PL teria mudado. O Deputado mudou

de Partido. Então, eu não estava sabendo que ele mudou de Partido.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

É compreensível, Deputado Neivo. A política é muito dinâmica.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

Então, aproveitando Pela Ordem e como vários Deputados se manifestaram em relação ao meio ambiente, eu requeiro à Presidência da Casa, as notas taquigráficas das Sessões realizadas pela Comissão de Meio Ambiente da Casa.

Por gentileza, que me remetam as notas taquigráficas, porque quero saber das manifestações em favor do meio ambiente nesses últimos anos nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Será solicitado, Deputado Neivo.

Concedo a palavra ao Deputado Barbosa Neto, por dez minutos.

Liderança do PDT: Deputado Barbosa Neto

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O Paraná não é conforme mostra diariamente a TV Educativa e a maioria da imprensa paranaense; esse estado de realizações, esse estado de primeiro mundo, como costumam divulgar aí os áulicos que cercam o Governador Roberto Requião.

Vejam quantos out-doors, propagandas no rádio e na televisão mostram que o Paraná é o Estado que mais gera empregos, é o Estado que tem um crescimento acima da média dos outros estados brasileiros. Temos que fazer aqui algumas comparações para levarmos a verdade ao povo do Estado do Paraná.

Por exemplo, no ano passado o Paraná teve um crescimento industrial de 0,8%, enquanto o país cresceu numa média de 3,1% em termos de crescimento industrial. O Paraná teve 0,8% de crescimento. Não é o que diz o Governo através de out-doors, de anúncios publicitários e esses são dados do IBGE.

Por exemplo, em dezembro de 2005, se comparado pelo mesmo período de dezembro de 2004, a indústria paranaense recuou 1,6%. Resultado negativo que vem acumulando o Governo do Estado do Paraná. Máquinas e equipamentos: tivemos um decréscimo de 22,4%; refino de petróleo e produção de álcool, menos 10,9%; no setor madeireiro o decréscimo foi ainda maior: menos 15,8%. Esta é a situação verdadeira do Estado do Paraná: crescimento de 0,8% que crescemos; o ano passado é bem menor, por exemplo, do que cresceu o Estado do Amazonas, 12,1%; Minas Gerais cresceu sete vezes mais que o Paraná, 6,3%; a Bahia cresceu 4,3%. Os estados industrializados cuja tendência é um crescimento um pouco

menor, como São Paulo, 3,8%. Goiás cresceu 3,2%. Pernambuco cresceu 3% e o Rio de Janeiro 2%.

Aqui estamos crescendo, como diz o caboclo - como rabo de égua - crescendo para baixo. Lamentavelmente são dados incontestáveis do IBGE. Mas, o Governo do Estado continua mentindo para a população paranaense, usando, é claro, a imprensa, o veículo de comunicação, mas o povo do Paraná não é bobo, vai saber fazer essa comparação no momento em que o povo será chamado às urnas.

Por falar nisso, estamos vendo também que o Governo do Estado se utiliza do seu aparato para fazer propaganda eleitoral fora do prazo. Tivemos a última reunião do Governador, a chamada "Escolinha do professor Raimundo", que deixou de ser realizada no local costumeiro e foi feita na última terça-feira, no Teatro Guaíra, para poder abrigar mais de dois mil diretores das escolas estaduais de todo o Estado.

Os diretores vieram para cá e segundo as informações que recebemos, cada um recebeu uma diária de 450 reais. Queremos investigar mais esse número, porque realmente não é possível que isso seja verdade. Quatrocentos e cinquenta vezes dois mil e poucos professores é quase um milhão ou mais de um milhão de reais gastos numa única sessão feita no Teatro Guaíra com todo aquele glamour, com toda a estrutura que foi utilizada, paga pelos paranaense, certamente iria ser anunciado algo importante para o ensino. Talvez até a obediência ao projeto da Deputada Luciana Rafagnin, que limita o número de alunos por sala de aula. Talvez até para anunciar que o Paraná vai respeitar o artigo 212 da Constituição que prevê o investimento em educação básica na ordem de 25% do que se arrecada. Certamente, até para aumentar o salário que é pago para os professores, pois temos os piores salários, piores até do que alguns estados do Nordeste. Perdemos para o Rio Grande do Sul, para Santa Catarina. Talvez até para anunciar um número que o Paraná não é mais o campeão dentre os estados do Sul, em evasão escolar.

Mas nada disso! O Governador usou a máquina governamental, repercute insistentemente através da TV Estatal, que é feita para fazer política partidária e não para fazer a Educação e a difusão da cultura como prevê a lei, aliás, isto está sendo objeto de discussão jurídica e com certeza, o povo do Paraná é que vai ter que pagar essa conta.

E aí, dentro daquele espetáculo, o Governador pede votos para determinado Secretário que é candidato a Deputado Federal. Esse Secretário vai às lágrimas. Hora do momento apoteótico, dentro da megalomania, características do Sr. Governador, qual é o anúncio - vai fazer com que os diretores ganhem mais um ano de mandato. Ao invés de dois vai para três anos. Em período eleitoral. Infelizmente, não temos um Ministério Público que possa tomar providência em relação a esse desrespeito ao dinheiro público, ao erário, aos impostos do nosso povo, que é pago com tanto sacrifício. Fica aquele salamaleque,

todo mundo obrigado a assistir, aplaudir, a rir das piadas sem graça, sarcásticas como é costumeiro do Governador do Estado.

Lamentavelmente temos que fazer essa constatação.

O Sr. Antonio Anibelli (PMDB) (Aparte)

V. Exa. não teve o privilégio que alguns Deputados tiveram de participar dessa reunião. No Teatro Guaíra, iniciando às 8h da manhã, encerrando às 12h30. Lá se encontravam duas mil diretoras e diretores de escolas. Estava a Secretaria da Educação por completo. E foi apresentada aos diretores de escolas, eleitos democraticamente no último pleito, a história do Paraná na educação. Como o Estado pegou a educação do Paraná e como estava tratando a educação.

Deputado Barbosa, se V. Exa. lá estivesse, tenho certeza que V. Exa. não se apegaria em pequenas coisas. Talvez V. Exa. tenha até razão quando o Governador fez uma brincadeira com o Paraná Educação que eu tenho as minhas discordâncias e disse - que pela explanação que ele teve poderia até se credenciar a ter o voto do Governador. Mas, o que nós vimos às escolas foi a maneira como o Secretário Maurício Requião encontrou a Educação do Paraná, não se falando no plano de cargos e salários que já vem a APP querendo aumento de novo. O erro do Requião foi ter dado aumento no início do Governo, coisa prometida há mais de dez anos, e que fizemos, V. Exa. fez também porque também votou junto conosco. Mas, veja V. Exa., àquilo que vimos, até os diretores das escolas, que...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

V. Exa. tem mais um minuto para concluir.

O Sr. Antonio Anibelli (PMDB)

Em trinta segundos eu encerro.

Até os diretores das escolas, houve na democracia vencedores de partidos, de todos os Partidos. V. Exa. deve ter aficcionados seus, que são diretores das escolas de Londrina, os diretores tiveram oportunidade de ver o que acontecia na educação e não na visão apenas da cidade de Londrina ou de Clevelândia, minha cidade, mas do estado em que o governo pegou.

Então, foi dada uma aula para nossos diretores de como se administra com amor, com competência, a educação. Transmito a V. Exa. o que eu vi e digo a verdade. E se alguém achar ruim, que são os que estão querendo aumento, que talvez pudessem estar nas salas de aula e não reivindicando porque o que foi prometido foi dado. E quem não estiver satisfeito que eleja novo Presidente da APP, porque infelizmente os professores nunca tiveram na Assembléia um representante, e tragam o nosso Presidente reeleito...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Solicito...

O Sr. Antonio Anibelli (PMDB)

...e usando a máquina da APP...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Solicito que o som seja cortado, para que cumpramos o Regimento.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Um minuto para encerrar, Sr. Presidente.

O SR. ANDRÉ VARGAS (Pela Ordem)

Pediria para retirar dos Anais desta Casa, das notas taquigráficas esta forma ofensiva que o Deputado Anibelli se referiu ao Presidente, é legítimo o Presidente do Sindicato pleitear uma cadeira para Deputado. É perfeitamente legítimo.

Então, queria que retirassem, porque me parece que não é adequado para a democracia esta forma ofensiva com que o Deputado Anibelli se referiu.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

A Mesa irá analisar seu pedido.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Se me permitir fazer aqui...

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Eu não queria ofender o Deputado André Vargas, mas V. Exa. está querendo aplausos da galeria. Eu disse, mais democrático que eu sou, esta tribuna é usada e muitas vezes pelo Presidente, porque quando ele quer, em época de política, fazer demagogia na classe.

Vejam as galerias como estão! Um por cento dos professores inteligentes. Isto que está aí não representa a inteligência da educação.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Peço sua compreensão para que possamos “tocar à frente” a sessão.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Sr. Presidente, um minuto para eu poder concluir, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

É lamentável, Deputado Barbosa, mas seu tempo já se esgotou. Já foi cedido um minuto a V. Exa.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Sr. Presidente, eu só quero um minuto. Não tive condições de fazer aparte. Eu preciso concluir meu raciocínio. O senhor concedeu isto à Deputada Luciana, ao professor Lemos, e eu preciso pelo menos concluir.

Um minuto!

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Eu já lhe dei um minuto.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Não. V. Exa. me trata de forma diferente dos que são do seu Partido. Por gentileza, eu não mereço este tipo de tratamento. O senhor concede um minuto para todos, Sr. Presidente. Como é que eu não posso ter este direito? A palavra estava assegurada a esta Deputado.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Mas, V. Exa. deveria ter pedido a palavra e a Mesa teria cortado.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Mas, V. Exa. é o Presidente! O senhor é que pode cortar o som! É meu direito, estou na tribuna, e é regimental! Eu preciso terminar.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Mas, o aparte foi solicitado por V. Exa. e V. Exa. não requereu!

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Não levante a voz para mim! Estou aqui e tenho o meu direito! Eu não mereço este tipo de tratamento! Não mereço!

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, eu cedo o horário da Oposição.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Liderança do PMDB.

Esta Mesa teve a mesma tolerância com todos os inscritos! V. Exa. teve um minuto como todos os demais tiveram.

No horário destinado à Liderança do PMDB, com a palavra a Deputada Elza Correia.

Liderança do PMDB: Deputado Elza Correia

A SRA. ELZA CORREIA

Eu gostaria de ceder dois minutos para que o Deputado Barbosa Neto pudesse encerrar sua fala, se isto é possível.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Muito obrigado, Deputada, mas eu infelizmente não vou fazer isso. Agradeço à senhora. Eu tinha o direito de um minuto. Termino meus pronunciamentos dentro do prazo normal! Não posso nem cinco, nem dez segundos. Ele concede isto a todos e infelizmente...

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

A Mesa concedeu três minutos.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Não para mim, Sr. Presidente! O senhor concedeu para quem me apartou. Tiraram-me a palavra! O senhor

poderia ter cortado o som deles. Eu tenho o direito à palavra!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

O senhor concedeu de forma espontânea ao Deputado Anibelli.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Infelizmente, é sempre comigo, Sr. Presidente. Muito obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Com a palavra a Deputada Elza Correia, por dez minutos.

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT) (**Pela Ordem**)

Gostaria de uma informação da Mesa: a Liderança do PT não usou ainda, não?

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

A Liderança do PT foi usada pela Deputada Luciana Rafagnin.

Deputada Elza Correia, por dez minutos.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

Eu queria dizer que todas as categorias, muito especialmente os trabalhadores da educação, da saúde, os funcionários públicos são muito bem-vindos a esta Casa. Nós temos que tratá-los com respeito e consideração, as divergências podem ocorrer no campo das idéias, mas temos que ter respeito com todas as categorias. Eu queria deixar essa fala inicial.

É preciso também restabelecer um certo equilíbrio nas nossas discussões para que não prevaleçam situações que vejo, sistematicamente, acontecendo na Casa, de dizer que “tudo continua como dantes no território de Abrantes”. Muita coisa mudou, sim. Nós não podemos absolutamente, cometer o equívoco de comparar o Governo do Roberto Requião com o Governo que nós tínhamos anteriormente. Podem fazer gestos, como o companheiro ali em cima fez, esse é o direito democrático, tenho de fazer o contraponto, da mesma forma que acho que o companheiro tem que ser tratado com educação, também gostaria de ser. Nós estamos na nossa Casa, vocês e nós, então por favor eu acho que cinismo e gestos indelicados não cabem nem daqui para cima e nem de cima para baixo. Queria dizer que mudou, sim, muita coisa nesse Governo, estamos satisfeito? Não, porque muita coisa ainda tem que ser feita, inclusive a questão do reajuste dos professores.

Então, neste processo muita coisa ainda vai acontecer, mas foram anos e anos de abandono absoluto, de desrespeito aos direitos dos trabalhadores no Governo Lerner, e vão dizer que não, agora vão usar o discurso fácil da Oposição e tentar desqualificar todo o esforço que nós estamos fazendo no Governo Roberto Requião para melhorar a situação do Estado do Paraná. Também

não é justo. Então, é preciso que restabeleçamos aqui um equilíbrio e uma serenidade nessa discussão.

Esta Deputada esteve inúmeras vezes com o Lemos da APP, conversando no Governo, na Casa Civil, em sindicatos, conversando com a categoria, para construir alguns avanços que nós conseguimos, que é sim, conquista da categoria, mas muito por conta da vontade política do Governador Roberto Requião.

Então, não nos ceguemos, não vamos nos envenenar com as paixões às vezes partidárias, para perder a noção do que é certo e do que é errado. Acho muito ruim, e não cheguei até aqui com radicalismo desnecessário quando temos que apostar no avanço.

O Governo Roberto Requião tem sim, nesses três anos e três meses de governo, proporcionado o resgate da dignidade do Estado e melhorias consideráveis na categoria dos trabalhadores, do funcionalismo público do Estado. Dizer ao contrário é fingir que não está vendo.

No Estado do Paraná estão sendo construídas setenta e três novas escolas, e já foram reconstruídas dez. Se na verdade nós temos um problema de sucateamento, vamos continuar tendo, porque é a realidade dos municípios do Paraná e do Brasil, porque as costas dos governantes foram viradas para a educação, para a saúde e para outros setores. Não dá para fazer tudo em três anos e oito meses, senão eu vou querer que o Lula também faça, e que vários prefeitos de todos os 399 municípios do Paraná, também façam. Não é justo essa relação que as vezes algumas pessoas fazem. Está havendo reforma de 2880 escolas no Paraná, foram essas 2880 reformas e reparos foram feitos no governo Roberto Requião. Reformas que foram abandonadas no governo anterior. Porque corria sim, no governo anterior e todos sabemos, aquela questão das licitações, “vamos fingir que vocês estão fazendo e nós vamos fingir que não pagamos ainda”. Todo mundo que está aqui sabe. E vocês que estão aí em cima são inteligentes e sabem do que estou falando.

O ensino público tem 1,5 milhão de estudantes, 711 mil no fundamental e 411 no ensino médio. Cinquenta e cinco mil professores. Trinta e dois mil ingressaram neste governo e até junho ingressarão mais cinco mil.

Com o plano de cargos e salários, vou saltar isso aqui, porque todos vocês sabem o que representou esse plano para a educação do Paraná.

E educação terá, no mínimo, 30% do governo geral do Paraná que está previsto para 2007. O Paraná já aplica na educação percentual de 25% estabelecido na Constituição e pela LDB.

Em 2004, o Estado investiu 28.02 da receita corrente líquida em educação. Podemos até discutir e não estamos fechando a porta para essa discussão, a questão do ensino superior. Vamos sentar para discutir.

O orçamento de 2006 prevê 1 milhão, 860 mil para a educação básico. E 95 milhões para a Fundepar, para construções de novas obras, para merenda escolar e outros itens igualmente importantes na educação.

O governo Roberto Requião fez prestação de contas, através da Secretaria da Educação na terça-feira, importantíssima do ponto de vista do que avançamos e do ainda temos que avançar. Aí estamos juntos. Mas, não podemos dizer que este governo não está fazendo nada. Que o governo está tratando a educação com descaso. Que as escolas estão caindo. Que a educação está um lixo. Que o Governador Roberto Requião é um saco de pancadas. Não é por aí! Não avançamos um milímetro nessa discussão. Porque a mesma questão colocada para o Governo Federal e para outros governos municipais, também não pode ser regra.

Por mais esforço que o Governador esteja fazendo, vai terminar o governo e será governo na próxima gestão com certeza absoluta. Vai ter que batalhar muito ainda, para tentar minimizar o rombo que foi feito neste Estado na educação, na saúde, no desenvolvimento, na geração de emprego e renda, no processo que houve de entrega das nossas empresas, na política equivocada que foi estabelecida como regra no governo anterior.

Então, temos que tomar cuidado com o discurso, tentando desqualificar, desmoralizar. Oposição é bom, é saudável, é importante e fundamental no processo democrático, mas, tem que ter conteúdo e não pode ser apaixonada e cega, como às vezes vejo e me aborreço muito.

Concedo um aparte ao Deputado Marcos Isfer.

O Sr. Marcos Isfer (PPS)

É importante que todos reconheçamos que há um esforço e todos temos que nos esforçar para cada vez mais termos uma educação de qualidade no Estado do Paraná.

Preocupam-me os nossos índices de escolaridade, a qualidade das nossas escolas, a remuneração dos nossos professores. Mas eu, particularmente, fiquei muito surpreso quando vi essa reunião no Teatro Guaíra, onde o Governador chamou os diretores que estavam tomando posse. Fiquei surpreso, porque em uma reunião dias antes, o Governador havia dito que eleição de Diretor tinha virado eleição de quadrilheiro. Coisa que não concordamos.

V. Exa. sabe da luta que fizemos nesta Casa para restaurarmos a eleição de diretores de escola nesta Casa.

Isto me espantou muito quando dito pelo Governador. Espero que este não seja o pensamento dele, porque se for, é um pensamento antidemocrático.

Sei que, às vezes, ele fala sem pensar ou pensa sem falar, não sei bem. Então, gostaria de dizer que essa incontinência verbal fica muito ruim para ele. Acho que é por isso que as pessoas ficam indignadas e começam a pensar se é verdade mesmo todo esse carinho pela educação.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

Todos os diretores eleitos e os diretores-auxiliares, todos, sem exceção, até aqueles que não foram aprovados em concurso público, foram empossados.

Acho que mais do que ficar na retaliação ou dizer que ele falou isso, falou aquilo, é a questão do resultado. Todos, sem exceção, foram empossados democraticamente. Acho que o resultado é que fica na memória, o último ato.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Seu tempo já se esgotou, Deputada Elza.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

Queria pedir ao companheiro Dobrandino da Silva se posso usar mais dois minutos do horário da Liderança.

(**Assentimento**)

Queria só dizer que em relação a Londrina, conseguimos reforma de várias escolas e estamos lutando por outras; conseguimos cobertura de várias quadras, porque é um Programa da Secretaria da Educação; conseguimos construção de escolas para Lerroville, para zona rural, para o Jamile de Quech.

Então, esse discurso de que nada está sendo feito e que há um abandono absoluto na educação é perigoso e só serve para tentar desqualificar. Não soma, é um discurso que não leva a nada, e temos que fazer uma conta do que conseguimos e uma conta do que temos ainda a conseguir e não dizer que não fizemos nada, que não avançamos e que está tudo errado. Isso é perigoso, equivocado e acho que, de vez em quando, temos que refrescar a memória.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Liderança da Oposição.

Com a palavra o Sr. Deputado Valdir Rossoni.

Liderança da Oposição: Deputado Valdir Rossoni (PSDB)

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Eu, hoje, deixaria passar em branco, não subiria à tribuna, mas não me senti confortável com as palavras da Deputada Elza.

A Deputada Elza sabe que temos tido aqui cordialidades, até porque admiro o trabalho dela, apesar de divergirmos em muitos pontos.

Deputada Elza, quando V. Exa. se dirige às pessoas que estão aqui, acho que tem que ter um pouco de cuidado. A minha história, nesta Casa, é mais do que de vaías, do que de aplausos e, pelo que tenho sentido, este Governo tem dificuldades de receber críticas. As críticas são construtivas.

Há pouco, o Deputado André Vargas me mostrava irregularidades em escolas. Não é porque ele está trombandando com o Governador ou com o Palácio ou com o PMDB que não tenhamos que investigar. Em todas as questões é o nosso papel de Parlamentar, Deputado Barbosa. Até o cumprimento, Deputado Barbosa, e sempre tenho dito que V. Exa. tem sido aqui a revelação dos

Deputados novos desta Casa. É difícil um Deputado de primeiro mandato chegar aqui e fazer o trabalho que V. Exa. faz.

O que eu sinto nos Deputados do PMDB, não em todos, mas em alguns, é que quando o Governo não satisfaz um setor do funcionalismo público, ou há uma reclamação, o primeiro argumento que tem, qual é? O Governo anterior!

O Governo anterior já acabou faz quatro anos; foi julgado pela população no seu primeiro Governo; foi aprovado; ganhou; teve a reeleição; fez um Governo, no segundo mandato, que deixou a desejar em muitos setores e talvez hoje o PMDB do Paraná está incorrendo no mesmo erro. O primeiro mandato de um governo sempre é bom. No segundo mandato ele enterra. Vamos lembrar a história. Se formos lembrar aqui de quem foi para a reeleição terminou não podendo andar na rua. E não podemos esquecer de que o que este governo não resolveu e tem as suas dificuldades, não pode ser atribuído a quem já passou, porque quando estamos aqui é para resolver os problemas.

Quero dizer aqui à Deputada Elza, que muitas vezes as nossas críticas não são pelo prazer de criticar. O nosso prazer é de mostrar o erro porque quem está governando não enxerga tudo nem tem a obrigação de ver tudo. Nós, 54 Parlamentares, somos pessoas que estamos andando os bairros das grandes cidades e temos, sim, a obrigação de cumprir o nosso papel. E sempre que tenho aqui falado, tenho dito que às vezes a nossa Assembléia deixa a desejar no setor fiscalização, no setor debate das questões e dos problemas do Estado do Paraná.

Mas, às vezes inibe o Deputado, não é o meu caso e de muitos Parlamentares, porque quando o Parlamentar levanta aqui uma questão, vem a resposta. Mas, temos que conduzir isso de uma forma, acho que teríamos obrigação, como Parlamentar, de levar esta Sessão pelo menos até às 19h.

Fico envergonhado quando termina a Sessão aqui em meia hora, porque não estamos cumprindo o nosso papel. E aí quando o Deputado traz uma crítica aqui, encaro a crítica como construtiva. Quero dizer que todas as vaías e aplausos que recebi da galeria, para mim serviram de aprendizado. Muitas vezes tive de subir a esta tribuna pelo papel que eu desempenhava, subir e fazer a defesa do Governo. E nem por isso me diminuiu. Melhorou, sim. Não sou mais o mesmo Parlamentar do primeiro mandato, vim amadurecendo, vim aprendendo. Lembrou-me muito bem e vi críticas outro dia quanto à questão das universidades. Talvez a mais ampla negociação com o funcionalismo público desta Casa foi à negociação com os servidores das universidades quando nós implantamos, naquela época, junto com a Assembléia Legislativa, o Plano de Cargos e Salários das Universidades. Íamos para o Palácio, voltávamos do Palácio, era via da galeria e de repente encontramos um meio termo com as críticas, com os elogios e saímos todos felizes.

Com aparte, Deputada Elza.

A Sra. Elza Correia (PMDB)

Na verdade, V. Exa. é um dos poucos Deputados que presta atenção na fala dos Deputados na tribuna. Já observei isso. Talvez hoje, o senhor não tenha prestado atenção direito quando coloquei, porque veja: crítica é uma coisa importante. Ela ajuda na construção da democracia, no processo de discussão. E ajuda no crescimento, conforme V. Exa. colocou. E esta Deputada, igualmente como V. Exa. não tem medo nenhum de expor suas idéias, de defender os seus pontos de vista e nem faz isso para a platéia, ou não. Todo homem e mulher pública não têm que ter medo de vaia e nem sequer sempre aplausos. Temos que defender as nossas posições.

O que acho que discordamos realmente é que para acertar o rumo, não pode fazer de conta que não houve erro no passado. Se assim fosse, a humanidade não teria discutido rumo à paz se não discutisse o desastre que foi o bombardeio de Hiroshima. A história da humanidade está cheia de avanços porque faz uma reflexão do passado. Passado errado, passado equivocado, passado que julgou contra os direitos humanos e a justiça social.

Nisso, discordo de V. Exa. Não tenho medo de crítica. Acho importante e fundamental. Mas, também não posso ficar calada quando tenho uma informação que não confere com as trazidas para serem utilizadas como críticas ao governo atual.

O Governo atual é intocável e acerta sempre?

Não é isso que estamos discutindo, porque todos nós erramos e acertamos - só acerta quem erra. Agora, não gosto também que distorçam a minha posição aqui. Fazia tempo que não subia à tribuna para fazer uma defesa das questões do governo, porque são sempre as mesmas. Mas, hoje senti necessidade, porque há um equívoco quando dizemos que tudo vai mal neste governo, que as escolas estão caindo e que a educação está um lixo, quando, na verdade, aconteceram importantes e significativos avanços. Essa era a questão e obrigada, acho que avancei demais em meu aparte!

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Não. Gosto de ouvi-la.

Mas, na verdade, em todos os governos há avanços e V. Exa. fala muito bem que no passado houve erros e esse passado é bem próximo também. Há muitos erros e estamos aqui para corrigi-los. E quero dizer a V. Exa. que estarei aqui para defender o direito de V. Exa. defender o seu governo, porque se nós temos o direito de criticar, também defendemos o seu direito de defender, porque aqui é o lugar do debate. E por essa razão subi à tribuna para dizer que as falhas têm que ser corrigidas. Vamos parar de governar olhando para o retrovisor. Vamos olhar para frente, porque certamente vai melhor!

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

No horário da Liderança do Governo, com a palavra o Deputado Dobrandino da Silva.

Liderança do Governo: Deputado Dobrandino da Silva (PMDB)**O SR. DOBRANDINO DA SILVA**

Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados.

O que nos traz à tribuna é uma reflexão dos questionamentos que foram feitos nesta Sessão, principalmente pelo Deputado André Vargas, Deputado Barbosa e mais especialmente ao Presidente da APP, professor Lemos.

Mas, queria iniciar dizendo ao nobre amigo Deputado Rossoni, que não quero me pautar olhando no retrovisor, que seria o passado. Às vezes muitos comparativos são feitos, mas estamos olhando para frente, claro. E olhar no retrovisor, Deputado Rossoni, é corrigir o que ficou do passado com relação, por exemplo, a muitas obras. Isso é uma crítica, mas me obrigo aqui, neste momento, a fazer uma constatação. Na minha cidade de Foz do Iguaçu, que este governo já reformou quase todas as escolas e está construindo várias escolas novas, há três anos, quando o Requião assumiu, tinha escola no meu município que a maioria das salas não tinha nem porta. Então, claro que tinha que fazer um trabalho rápido para melhorar isso. Mas, quero dizer que muitas vezes o Governo não faz, porque não pode.

Diria aqui que são duas mil e cem escolas no Paraná e no mínimo 99% estavam com problema. Agora, acho salutar e vamos falar dos problemas que existem nas escolas, mas não podemos deixar de constatar que o governo fez um esforço brutal para, no prazo mais rápido possível, deixar as escolas em condições de os nossos professores e nossos alunos do Paraná, com dignidade poderem lecionar e aprender. E o que falo, os nossos professores, e o professor Lemos sabe muito bem, porque convivem com isso. Eles sabem como estavam as escolas e quanto o governo está fazendo, quanto o governo está investindo em melhorias nas escolas, em espaço físico, construção de escola, reforma e merenda escolar e sem falar em uma das obras que acho a mais importante, que é corrigir as injustiça com os nossos professores, que são valorosos e precisam, realmente, além de muito mais, mas que muita coisa já foi feita. Eu não posso fazer injustiça com o governo, que faz um grande trabalho neste Paraná.

Então, quero pedir aos nossos Deputados que, sem travar aqui uma guerra de discursos na tribuna, mas quando o discurso é vazio, que eu vejo sempre aqui, que falam até das viagens do Governador, eu acho que isso é um discurso vazio, eu tenho que, na verdade, insurgir-me e colocar a nossa posição.

Quero dizer aos nossos professores: nós os respeitamos e sabemos do esforço que fazem. Vocês são uns gigantes em suas escolas, em cada cidade do Paraná. A educação do Paraná é boa, graças também aos professores. E este governo está trabalhando e muito, para corrigir não apenas o salário dos professores, mas de todos os servidores do Estado. Então, é um governo que faz justiça, que trabalha e governa com responsabilidade, com mãos

firmes e com decisões, decisões corretas para dar respostas ao povo do Paraná. Não é esse governo que fazem aqui, professores, principalmente a Oposição, quando as galerias estão lotadas, quando tem televisão. Agora, nós subimos à tribuna não é para arrancar aplausos de ninguém, é para falar aquilo que é verdade. Eu sempre disse que eu poderia fazer o discurso que vocês querem ouvir, eu preciso fazer aquilo que vocês precisam ouvir, que é a verdade.

Concedo um aparte ao Deputado Ângelo Vanhoni.

O Sr. Ângelo Vanhoni (PT)

Deputado Dobrandino, Líder do Governo.

O Deputado Valdir Rossoni faz uma metáfora dizendo que não é possível governar olhando pelo retrovisor. Às vezes nós temos que governar olhando pelo retrovisor. E na educação, temos que olhar pelo retrovisor, porque não quero o passado para a educação aqui no Estado do Paraná. Eu não quero a contratação de professores a título precário com o Paranaeducação. Eu não quero o descalabro que aconteceu nos últimos anos do governo passado, na educação. Sei que o atual governo mudou os rumos da política educacional no Estado. Têm perfeições? Têm muitas perfeições. Têm imperfeições? Têm muitas imperfeições. Mas, em relação ao passado, nós temos que dizer não ao passado, não à privatização e à terceirização da vida dos professores e da educação.

Se há algo que vai mudar o Brasil, a sociedade e a civilização brasileira, é o processo de formação das nossas crianças, dos filhos dos trabalhadores. Preciso fazer uma argumentação ao Deputado Antonio Anibelli, o senhor presenciou durante oito anos o Presidente da APP - professor Romeu, que vinha aqui, e os quarenta Deputados que apoiavam o Jaime Lerner falando que o Romeu era um homem chato, que só via as coisas pequenas e que tinha alguma briga particular com a Alcione Salyba. Nós, da Oposição, sabíamos que não era assim, que a APP teve um papel fundamental na defesa da educação no Estado do Paraná, dos principais valores da educação. Quem defendeu mais e quem brigou mais com o Jaime Lerner, além dos Deputados de Oposição, que eram catorze aqui no plenário, contra o descalabro que acontecia no governo, foi a APP, os professores e os funcionários militando na rua. Então, temos que saber distinguir, quando o presidente de uma entidade vem ao Parlamento pronunciar-se, temos que saber distinguir o valor da entidade que está acima do governante, das pendências políticas com a preferência deste ou daquele dirigente. Essa distinção nós precisamos saber fazer.

Está de parabéns a direção da APP, que mesmo que eu não concorde com algumas das suas afirmações, está de parabéns, porque defende os professores, o sindicato, porque defende aquilo que é importante, mesmo que na sua avaliação sobre a atuação do governo, possa não compartilhar com a minha avaliação. Então, essa defesa da importância da entidade nós temos que reafirmar.

Termino conclamando o Sr. Líder do Governo para que possamos superar esse impasse entre entidade e governo, para que possamos abrir um canal de negociação e diálogo entre a APP e Governo Requião, que é um governo progressista e que deve estabelecer o diálogo com as entidades da nossa sociedade que lutam por democracia e por bons princípios para todos nós.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Um minuto para V. Exa. concluir.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Obrigado, Presidente, obrigado, Deputado Vanhoni.

Quero concluir o meu pronunciamento dizendo aos servidores aqui presentes, imagino que eles vão compreender, reconhecemos e sabemos da luta deles, acho que estão no papel deles, têm que se defender. Por mais que o governo atenda, é uma luta sempre não apenas da APP mas de todos os sindicatos de servidores do Paraná. Quero que apenas eles concordem conosco, muita coisa falta, sabemos disso mais, o Governo está trabalhando para atender os nossos servidores.

Sempre digo uma frase: “O Governo não tem como fazer tudo que é pedido, é muito difícil, mas este governo está fazendo tudo para fazer tudo pelo nosso funcionalismo e pelo Paraná.” Quero dizer a vocês: confiem que este governo está trabalhando e muito, em prol dos nossos servidores.

Muito obrigado.

O SR. NELSON GARCIA (PSDB)

Sr. Presidente, para registrar, aqui com satisfação, a presença do ex-Prefeito de Umuarama, Fernando Scaravaca, e com muito trabalho, quem sabe, um companheiro nosso, aqui na Assembléia no ano que vem.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Esta Casa registra a presença e dá as boas-vindas ao ex-Prefeito.

O SR. BARBOSA NETO (PDT) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, apenas para constatar que V. Exa. concedeu 3 minutos e 24 segundos além do tempo da Liderança do Governo. V. Exa. teria dado 2 minutos à Deputada Elza Correia e este tempo extrapolou em 3 minutos e 24 segundos. Só para que fique constatado, nesta Casa, que V. Exa. foi injusto com este Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Deputado Barbosa Neto, V. Exa. mais uma vez foi injusto com a Mesa. Quando chegou nos nove minutos eu avisei o Deputado Dobrandino que faltava um minuto, como tem um minuto de tolerância descontei os dois minutos. Exatamente nos nove minutos eu havia comuni-

cado, quando o Deputado Vanhoni completou a sua fala eu disse: V. Exa. tem um minuto para concluir.

O SR. BARSOSA NETO (PDT)

Dois minutos, seriam oito minutos; o senhor deu nove portanto, um a mais e outro um a mais, foram dois minutos então.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

V. Exa. teve três minutos de tolerância no seu discurso, embora V. Exa. não reconheça porque V. Exa. deveria ter me solicitado até para que sirva para outros momentos: quando V. Exa. dá aparte este tempo é contabilizado no seu tempo, V. Exa. deveria ter solicitado à Mesa que eu cortasse a palavra, porque V. Exa. não estava mais cedendo o aparte ao Deputado Anibelli.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

V. Exa. tentou cortar por duas vezes o tempo do Deputado Anibelli, mas não agiu com a mesma energia que agiu para com este Deputado.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Nós vamos conversar para que possamos corrigir o impasse.

Ordem do Dia:

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 45 Srs. Deputados.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Requerimento nº 528, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente, solicitando a antecipação da Sessão Ordinária do dia 23 (quinta-feira), para logo após o término da Sessão Ordinária e a diminuição do interstício.

Aprovado.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, é a antecipação da Sessão de quinta-feira?

(**Assentimento**).

Sr. Presidente, parece-me que tornou-se desnecessário este tipo de requerimento, tendo em vista que já é rotina na Casa, as Sessões serem de segunda quarta-feira.

Então, neste sentido, encaminho que seja direto: segunda, terça e duas Sessões na quarta-feira.

O SR. NATÁLIO STICA (PT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, para registrar a visita nesta Casa, do Prefeito Gimenez, de Pontal do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Esta Casa registra e dá boas-vindas ao Prefeito.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação o requerimento. **Aprovado**.

Projeto de lei de autoria do Deputado André Vargas, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado**. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Delegado Bradock, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado**. À Diretoria Legislativa.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, só para comunicar aos Srs. Deputados que compõem a Comissão Especial da Emenda Constitucional Contra o Nepotismo que, logo após a conclusão desta reunião Ordinária, voltaremos a nos reunir na Sala das Comissões.

Assim que acabar essa reunião, os Deputados que compõem a Comissão Especial, estarão reunidos para votar a proibição do nepotismo no Estado do Paraná.

Muito obrigado.

Discussão/Votação

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 005/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 007/06, reestruturando as tabelas de vencimentos do Quadro Próprio do Poder Executivo. **Aprovado**.

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 005/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O Anexo III da Lei Estadual nº 13.666, de 05 de julho de 2002, fica reestruturado, passando a vigorar na forma do Anexo I desta lei:

§ 1º Fica incorporada ao valor inicial da referência 1 (um) da Classe III do cargo Apoio, a Gratificação de Assiduidade concedida pela Lei Estadual nº 13.515, de 26 de março de 2002, ficando vedada sua extensão aos servidores do QPPE sob o mesmo título ou fundamento, com o conseqüente reflexo na tabela.

§ 2º Fica incorporado ao valor de referência 1 (um) da Classe III do cargo Apoio, o abono provisório concedido pelo Decreto nº 1705, de 13 de agosto de 2003, aos

servidores do QPPE, ativos e inativos, ficando extinta sua aplicação sob o mesmo título ou fundamento, com o conseqüente reflexo na tabela.

Art. 2º Todas as vantagens de que tratam os incisos do artigo 18 da Lei nº 13.666/02 são mutuamente excluídas e incompatíveis com a percepção dos Encargos Especiais e Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva - Tide, de que trata a Lei Estadual nº 6174/709, exceto dos Encargos Especiais do cargo de provimento em comissão.

Art. 3º Ficam excluídos os incisos V e VI do artigo 15 da Lei Estadual nº 13.666/02.

Art. 4º As gratificações adicionais referidas no artigo 18 e seus incisos serão devidos ao servidor alocado nas respectivas unidades da Administração Direta e Autárquica e enquanto estiver no exercício de suas atribuições ou funções, cessando seu pagamento quando do afastamento não remunerado, disponibilidade do cargo ou função e disponibilidade funcional.

Art. 5º O inciso III do artigo 18, Capítulo II, da Seção V, da Lei Estadual nº 13.666/02 passa a vigorar com a seguinte redação:

III - Gratificação de Atividade Técnica e Suporte Técnico - Gast: retribuição financeira fixada em valor absoluto, de natureza transitória exclusiva dos cargos Agente Profissional, Agente de Execução e Agente de Apoio, vinculada a atividades técnicas e de suporte técnico de gerenciamento de projetos, atividades ou setores funcionais, não podendo ser superior ao vencimento base da referência salarial inicial de cada classe, incompatível com o cargo de provimento em comissão, função gratificada, e demais gratificações ou adicionais previstos nesta lei, além dos Encargos Especiais e Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva - Tide, a que se refere a Lei 6174/70.

Art. 6º Todas as vantagens de caráter pecuniário previstas no artigo 18 da Lei nº 13.666/02, que não sejam de caráter precário como abono e custeio, comporão a base contributiva para a inatividade, sendo incorporáveis aos proventos de aposentadoria na forma das normas constitucionais aplicáveis e legislação previdenciária em vigor a partir da vigência desta lei.

Art. 7º Fica alterada a correlação a que se refere o Anexo IV da Lei nº 13.666/02, na forma do Anexo II desta lei.

Art. 8º A implementação das tabelas referidas no Anexo I desta lei dar-se-á em 2 (duas) etapas:

I - para o Cargo de Apoio, será efetivada na Folha de Pagamento do mês de maio de 2006;

II - para os Cargos Execução, Penitenciário, Aviação e Profissional, será efetivada na Folha de Pagamento do mês de junho de 2006.

Art. 9º Ao ex-servidor alcançado pela Lei Estadual nº 13.666, de 05 de julho de 2002, e que se encontrava inativo ou gerando pensão na data de sua promulgação, será concedida a distribuição de tempo a partir da referência em que se efetivou o enquadramento previsto no artigo 20 da Lei 13.666/02, na Folha de Pagamento do mês de junho de 2006, da seguinte forma:

I - 1 (uma) referência salarial para 1 (um) quinquênio completo;

II - 2 (duas) referências salariais para 2 (dois) quinquênios completos;

III - 3 (três) referências salariais para 3 (três) quinquênios completos;

IV - 4 (quatro) referências salariais para 4 (quatro) quinquênios completos; e

V - 5 (cinco) referências salariais para 5 (cinco) quinquênios completos;

Parágrafo Único. A distribuição de tempo será limitada à última referência salarial de cada classe, sendo vedada a mudança de classe.

Art. 10. Os atos referentes à aplicação da presente lei correrão por conta da dotação orçamentária específica do Poder Executivo, com os respectivos cancelamentos de programas governamentais e cujos efeitos financeiros ocorrerão conforme previstos nesta lei.

Art. 11. Os percentuais individuais e valores resultantes da reestruturação prevista nesta lei serão considerados para fins de aplicação do disposto no inciso X do artigo 37 da Constituição federal e das exceções previstas no artigo 22, parágrafo único da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 12. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação e seus efeitos financeiros serão pagos nos termos da Seção II, artigos 18 e 23, da Lei Complementar nº 101/00.

Sala das Comissões, em 21.03.06.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

ALEXANDRE CURI - Relator

2ª Discussão

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 006/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 008/06, que altera a Lei nº 11.713, de 07 de maio de 1997, para criar, no quadro de pessoal das instituições de ensino superior, a carreira técnica universitária. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e CECECT. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 718/06, de autoria do Deputado Elton Welter, alterando o artigo 1º da Lei nº 12.442, de 13 de janeiro de 1999, que declara de Utilidade Pública a Central de Associações do Oeste do Paraná-Caopa. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 104/03, de 02/12/03).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 718/03

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei tem como objetivo alterar o artigo 1º da Lei nº 12.442, de 13 de janeiro de 1999, que declarou de Utilidade Pública a Central de Associações do Oeste do Paraná-Caopa, com sede no município de Medianeira-PR.

Constitucionalidade e Legalidade

Cabe ressaltar, preliminarmente, que a associação em questão continua de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, cumprindo requisitos para a declaração de Utilidade Pública a uma instituição. No entanto, o que pretende o projeto de lei em tela é a mudança na denominação da associação já declarada de Utilidade Pública.

Assim sendo, esta análise técnica se aterá aos requisitos de mudanças de denominação da associação, bem como mudança de estatuto, de acordo com a legislação civil vigente.

Nesse sentido, dispõe a Lei Federal 10.406 de 2002 - Código Civil:

Art. 67. Para que se possa alterar o estatuto da fundação é mister que a reforma:

I - seja deliberada por dois terços dos competentes para gerir e representar a fundação;

II - não contrarie ou desvirtue o fim desta.

É evidente o preenchimento desses dois requisitos para a mudança do estatuto.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 21.03.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

Em discussão.

Em votação. Aprovado.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Solicito verificação de votação.

OSR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Solicito chamada nominal dos Srs. Deputados.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA (Luciana Rafagnin)

(Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados)

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Vinte e cinco Srs. Deputados. Não há quórum para a votação, só para a continuação da Sessão.

Requerimentos

Requerimento nº 538, e autoria da Deputada Elza Correia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Como temos uma Sessão Solene, faço um apelo aos Srs. Parlamentares, que abram mão dos pronunciamentos, para que possamos iniciar a Sessão Solene.

Sessão Solene em homenagem ao brilhante Conselheiro Rafael Iatauro, por proposição do Deputado Geraldo Cartário.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 27, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

VOTAÇÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 718/03.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 464/05.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 211, 330, 399, 695, 729, 756, 769, 773, 790, 792 e 797/05; 010, 012, 019, 023, 035 e 070/06; e do Projeto de Lei Complementar nº 759/05.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Atas de Comissões

Especial de Emenda à Constituição

COMISSÃO ESPECIAL DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e dois dias do mês de março do ano de dois mil e seis, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões, a Comissão Especial de Emenda à Constituição, sob a presidência do Deputado Durval Amaral, e com a presença dos Deputados: José Maria Ferreira, relator da matéria e

Deputado Tadeu Veneri, autor da emenda. O Sr. Presidente, Deputado Durval Amaral, declara aberta a reunião, definindo como objetivo desta Comissão Especial, a apreciação da emenda constitucional nº 40 que trata sobre o nepotismo no Estado do Paraná, passando a palavra ao relator da matéria, Deputado José Maria Ferreira, bem como solicitando ao Dr. Clovens do Amaral, assessoria jurídica, a entrega de cópias aos Deputados, da sugestão enviada pela OAB/BR, que acabou de chegar em suas mãos. O Presidente diz que discutirão, debaterão, mas não irão fechar a discussão neste momento. Diz ter também outra sugestão, elaborada pela sua assessoria, que será encaminhada em conjunto, para que possa enriquecer este debate e produzir o melhor texto possível, pois trata-se de emenda constitucional que será empregada em todos os poderes do Estado do Paraná. O Deputado José Maria Ferreira agradece a indicação para a relatoria desta matéria, lembrando que mexe com boa parte da estrutura dos poderes do Estado do Paraná, que é uma emenda que terá reflexos na administração pública em nosso Estado. O Deputado Durval Amaral diz que a sugestão elaborada por sua assessoria é com relação aos parentes em linha reta, colateral e por afinidade. Lembra que é apenas uma sugestão. O Deputado José Maria Ferreira agradece e diz que todo auxílio é bem-vindo. Relata que já tem um relatório, de quatorze páginas. Diz que primeiro analisou a iniciativa, e que o Deputado Tadeu Veneri, como qualquer membro da Casa, pelo artigo 27 da Constituição Estadual está em condições de apresentar a emenda ora proposta, e o que elaborou foi um acréscimo, foi uma correção, uma adequação da questão dos parentes, que na emenda do Deputado Tadeu Veneri diz: “parentesco em linha reta até terceiro grau”. O Deputado José Maria Ferreira afirma não ter parentesco em linha reta até terceiro grau, a linha reta é parente de descendência direta e não tem grau, e por esta razão fez a correção, em linha reta ou colateral; e, respectivamente dos Deputados, dos Conselheiros do Tribunal de Contas, do Governador, acrescentando, do Vice-Governador, do Procurador Geral de Justiça. Diz que dos Secretários já continha. Acrescenta também, os prefeitos por simetria, lembrando que esta ascensão, a emenda constitucional já alcançava; dos Vice-Prefeitos, dos Secretários Municipais ou titulares de cargos que lhes sejam equiparados no âmbito do Poder Executivo Municipal, da administração direta ou indireta e das Câmaras, e dos Presidentes, Vice-Presidentes, Diretores Gerais, conselheiros, ou titulares mantidos pelo poder público, empresas públicas ou sociedades de economia mista, excepcionadas as nomeações e designações dos servidores de cargo de provimento efetivo admitido por concurso público. Esta foi a excepcionalização feita, diz o Deputado, também esclarecendo as alterações feitas na proposta substituta que apresenta, alertando que aguarda o que vai acontecer na votação

da emenda no Congresso Nacional, bem como, que se lá ampliarem o processo de discussão, este será um pré-parecer, que deverá ser discutido na comissão para que possam apresentar um parecer que tenha unanimidade, para que possam apresentar ao Estado do Paraná a melhor legislação no que tange ao nepotismo, a nomeação de parentes com sua devida regulamentação. Sabe que alguns serão atingidos, mas tem a certeza que estão atendendo a um clamor popular, compatibilizando-se ao sentimento da sociedade. Diz que o Rio Grande do Sul já tomou medida próxima, desde de 1992 está contido na sua Constituição. Diz estar aberto ao acolhimento das sugestões propostas, como também solicitou à seccional da OAB em Londrina, mas que até agora não lhe foi encaminhado nada. O Presidente diz que sua sugestão é para que possa ser objeto de apreciação do Relator, e passa a tê-la. O Deputado Tadeu Veneri diz que estão em processo de discussão no Congresso Nacional, que regulamentarão as Constituições Estaduais e a Lei Orgânica dos Municípios. Fala sobre o prazo de emendas, 20 dias após a instalação da Comissão Especial, e que a partir deste momento não podem mais recebê-las. Diz ter mais alguns dias para analisar essas sugestões. Também parece que o Presidente da Casa tem a intenção de levarem este processo à votação na última terça-feira de março. O Deputado Durval Amaral afirma que não se tem mais prazo para emendas. Cabe ao relator da matéria a elaboração do substitutivo geral. O Deputado José Maria Ferreira diz ter dado uma olhada na sugestão do Deputado Durval Amaral e do Deputado Tadeu Veneri, e que lhe parece, em parte, já está contemplada em seu substitutivo geral. O Deputado Durval Amaral diz que, só para registrar, a OAB ao elaborar a sugestão, no artigo 8º escreveram: “esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação”, parecendo a resolução extraída, efetivamente, do Conselho Nacional de Justiça, e encaminhada à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. O Deputado José Maria Ferreira diz que o que fica para discutirem e o que irá se debruçar sobre, é a questão da definição dos parentes colaterais, verificando a oportunidade, legalidade e constitucionalidade da inclusão ou não deste ramo de parentesco. O Deputado Durval Amaral diz que, claro, não podem ter a mais que a emenda constitucional federal, deverão ter este cuidado. O Presidente não encerra neste momento a discussão da matéria, mas marca a próxima reunião desta Comissão, para aprovação do texto final e do seu substitutivo, para a próxima quarta-feira, dia 22.03.06, às 10h30m. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim. Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

Ana Lúcia Andretta - Secretária

Constituição e Justiça

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos oito dias do mês de novembro de dois mil e cinco, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Ratinho Júnior e com a presença dos Srs. Deputados: Ademar Traiano, Barbosa Neto, Carlos Simões, Chico Noroeste, Duílio Genari, Elton Welter, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Martins, Delegado Bradock, Nelson Justus, Miltinho Pupio e Reni Pereira. Havendo número legal, o senhor Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a Ata da última reunião ordinária e da reunião extraordinária do dia 26.10.05 em votação - Aprovadas, após solicitação de dispensa da leitura pelo Deputado Delegado Bradock. Passa-se ao Expediente: Requerimento de preferência de votação do Deputado Carlos Simões ao Projetos de Lei nºs 423/05, 562/05 e 563/05. O Sr. Presidente coloca em votação - Aprovado por unanimidade. Passa-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 423/05, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Hermes Fonseca à emenda de Plenário, lido pelo Deputado Carlos Simões - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 562/05, de autoria dos Deputados Nereu Moura e outros. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões às emenda de Plenário nºs 2, 5, 6 e 7 e contrário às demais - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 563/05, de autoria dos Deputados Nereu Moura e outros. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões às emendas de Plenário nºs 1, 4, 5 e 6 e contrário às demais - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 269/05, de autoria do Deputado Elio Rusch. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 443/05, de autoria do Deputado Hermas Brandão. O Deputado Delegado Bradock solicita vistas - Concedido pelo Presidente; 06) Projeto de Lei nº 488/05, de autoria do Deputado Ademar Traiano. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Elton Welter - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 489/05, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 503/05, de autoria do Deputado Geraldo Cartário. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 501/05, de autoria do Deputado Waldir Leite. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ratinho Júnior - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 515/05, de autoria do Deputado Waldir Leite. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Elton Welter - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 528/05, de autoria do Deputado Geraldo Cartário. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Delegado Bradock - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 553/05, de autoria da Deputada Arlete Caramês. Parecer FAVORÁVEL do

Deputado Ratinho Júnior - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 593/05, de autoria do Deputado Alexandre Curi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 624/05, de autoria do Poder Executivo. O Deputado Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 631/05, de autoria do Deputado José Maria Ferreira solicita vistas - Concedido pelo Presidente; 16) Proposição-Veto Parcial nº 98/05 de autoria do Poder Executivo. O Deputado Carlos Simões solicita vistas - Concedido pelo Presidente; 17) Proposição Veto nº 101/05, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ademar Traiano, lido pelo Deputado Carlos Simões - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 499/03, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 648/05, de autoria do Deputado Delegado Bradock. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 20) Projeto de Lei nº 671/05, de autoria do Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO. Neste momento, o Presidente em exercício, Deputado Ratinho Júnior passa a presidência ao Sr. Deputado Duílio Genari. 21) Projeto de Lei nº 669/05, de autoria do Deputado Ratinho Júnior. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente, pelos Srs. Deputados presentes e por mim Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e dois dias do mês de novembro de dois mil e cinco, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Ratinho Júnior e com a presença dos Srs. Deputados: Barbosa Neto, Carlos Simões, Elton Welter, Hermes Fonseca, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Martins, Delegado Bradock, Miltinho Pupio Nelson Justus e Reni Pereira. Havendo número legal, o senhor Presidente deu por aberta a presente reunião. Passa-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 443/05, de autoria do Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Maria Ferreira, na forma da emenda anexa - APROVADO, com abstenção do Deputado Hermes Fonseca; 02) Projeto de Lei nº 463/05, de autoria do Deputado Carlos Simões. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Delegado Bradock - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 495/05, de autoria do Deputado Francisco Bühner. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Elton Welter - APRO-

tado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 620/05, de autoria do Deputados Chico Noroeste e outros. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Delegado Bradock - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 626/05, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Delegado Bradock - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 627/05, de autoria do Deputado Marcos Isfer. Parecer CONTRÁRIO do Deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 19) Proposição Veto nº 103/05, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões ao encaminhamento a Plenário - APROVADO; 20) Projeto de Lei nº 665/05, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 21) Projeto de Lei nº 629/05, de autoria do Deputado Elio Rusch. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ademar Traiano - APROVADO; 22) Projeto de Lei nº 634/05, de autoria da Deputada Cida Borghetti. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Elton Welter - APROVADO; 23) Projeto de Lei nº 645/05, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni. Os Deputados Elton Welter e Reni Pereira solicitam vistas - Concedido pelo Presidente; 24) Projeto de Lei nº 459/05, de autoria do Deputado Tadeu Veneri. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ratinho Júnior, na forma da emenda anexa - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente, pelos Srs. Deputados presentes e por mim Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

Ana Lúcia Andretta - Secretária

